

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Gustavo Brocchi Sandin

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Gustavo Brocchi Sandin

COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Públicas.

Orientadora: Mariângela Furlan Haswani

São Paulo
2020

GUSTAVO BROCCHI SANDIN

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Públicas.

Orientadora: Mariângela Furlan Haswani

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Membro Titular

Membro Titular

Data da Aprovação: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família. Em especial, à minha mãe, Vânia, ao meu pai, Reinaldo, e à minha irmã, Laís, pelo privilégio de insistirem e se esforçarem para que eu tivesse uma boa formação escolar, o que possibilitou meu ingresso na Universidade de São Paulo. Estudar na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) foi o melhor cenário para meu enriquecimento como profissional da comunicação e, principalmente, como cidadão, por me possibilitar conhecer realidades distintas da minha.

Aproveito para agradecer a todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias da ECA que auxiliaram e nortearam minha caminhada ao longo desses anos como aluno de graduação. Com isso, não poderia deixar de mencionar os meus amigos e amigas de curso por toda a parceria nos trabalhos, projetos e avaliações.

É de extrema importância reconhecermos nosso lugar e potencializarmos a voz de quem deve falar, e foi isso que eu tentei fazer neste trabalho. Por isso, gostaria de agradecer àqueles que aceitaram participar das entrevistas: Anderson, Darcy, Eliana, Heloísa, Janaína, Michael, Robson, Tião.

Encerro este espaço prestando um agradecimento à Marília Furukawa – por toda a atenção dada a mim e ao trabalho de conclusão de curso – e aos grupos de amigos e amigas feitos ao longo da minha trajetória – pelo apoio –, com destaque para: Sanfra, Província (com destaque aos Jardineiros), Atlético Lupe Cotrim (ECA), Handebol Masculino da ECA, Comissão Organizadora do BIFE e SMDHC.

RESUMO

O presente estudo aborda como a comunicação pública garante direitos à população em situação de rua. Com enfoque em São Paulo, ele traz uma descrição normativa e os pontos de interesse desse grupo, considerando questões que o permeiam, como invisibilidade social e sociedade civil organizada. Faz-se necessário, também, analisar a comunicação pública e em quais momentos e de que forma ela se relaciona com a população em situação de rua. Por fim, há uma entrevista qualitativa com alguns representantes para entender sua compreensão sobre comunicação, em especial a comunicação estatal.

Palavras-chave: população em situação de rua; comunicação pública; invisibilidade social.

ABSTRACT

This present study focuses on how public communication ensure constitutional rights to homeless population. Focused on São Paulo, it contains a normative description and the points of interest of this group, considering issues like social invisibility and organized civil society. It is, also, necessary analyzes public communication and, in which moments and in what way, it connect with homeless population. In the end, there is a qualitative interview with some group representatives about communication, in particular, state communication.

Keywords: homeless population; public communication; social invisibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	8
3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	9
3.1 CENSO POPRUA	13
3.2 INVISIBILIDADE SOCIAL	15
3.3 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	17
4.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: POR UM LADO DO BALCÃO	20
4.1.1 Comunicação organizacional	21
4.1.2 Comunicação científica	22
4.1.3 Comunicação do Estado e/ou governamental	22
4.1.4 Comunicação política	23
4.1.5 Estratégias de comunicação da sociedade civil organizada	24
4.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: PELO OUTRA LADO DO BALCÃO	25
4.2.1 Comunicação da Instituição Pública	26
4.2.2 Comunicação política	27
4.2.3 Comunicação social	28
4.2.4 Comunicação administrativa	29
4.2.5 Comunicação da esfera pública	30
4.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	30
5 PESQUISA SOBRE POPRUA	34
5.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	34
5.2 PÚBLICO	35
5.3 OBJETIVO GERAL	35
5.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	35
5.5 PRESSUPOSTOS	35
5.7 ROTEIRO	36
5.8 ENTREVISTAS	37
5.9 ANÁLISE DA PESQUISA	37
6 CONCLUSÃO	41
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	44
8 APÊNDICE A	49

1 INTRODUÇÃO

A relação do autor com a população em situação de rua inicia-se nas ações voluntárias realizadas na época de colégio, cuja diretriz jesuíta pregava que o amor e o serviço deveriam estar onde ninguém quer estar. Passada a formatura, criou-se um grupo – independente e com variadas crenças – de ação voluntária entre ex-alunos para levar alimento e aproximação da sociedade a essa população invisibilizada. Com isso, a caridade deixa de ser o objeto principal para dar espaço à empatia e ao interesse pelo grupo repleto de histórias, realidades e caminhos complexos que os levam às ruas.

Conforme veremos mais à frente, a população em situação de rua é um grupo heterogêneo em sua classificação, mas, em alguns quesitos, ocorre uma aproximação entre os indivíduos que a formam: no seu modo de agir, de falar, de se manifestar ou de se organizar frente à necessidade de se defender dos ataques preconceituosos da sociedade e/ou do Estado. Uma das formas – quiçá a principal – de transformar os ataques em uma arena democrática de debate é através da comunicação pública, seja a sociedade civil reivindicando direitos e melhorias, seja o Estado comunicando suas ações, nos mais variados formatos e modos, os quais, muitas vezes, não são só ligados à linguagem oral e escrita.

Embora tenha ocorrido toda essa aproximação causada pelas ações voluntárias e seu próprio interesse, o autor nunca viveu em situação de rua e espera nunca chegar a tal ponto. Portanto, é importante reconhecer esse privilégio e potencializar a voz das pessoas que se encontram nessa situação – assim como o Estado deve fazer ao elaborar políticas públicas voltadas ao grupo em questão. Já que, por mais que essa população tenha uma necessidade imediatista de resolução dos conflitos, somente ela em conjunto com o Estado, por meio de espaços democráticos e participativos, podem determinar o caminho que as políticas devem seguir, pois, como dito por uma das entrevistadas: “a rua me ensinou que falar é prata, ouvir é ouro”.

2 METODOLOGIA

Para que fosse possível entender a relação existente entre população em situação de rua e comunicação pública, utilizou-se como ferramenta de estudo uma densa revisão bibliográfica acerca de artigos, livros, sites e dissertações relacionadas ao tema. O método de abordagem dedutivo foi escolhido para ser trabalhado, pois procura a compreensão genérica de conceitos e práticas para, posteriormente, analisar casos específicos sem que haja a definição de uma regra geral. Além disso, optou-se por uma pesquisa qualitativa com a população em situação de rua para compreender as formas com que o grupo identifica a comunicação estatal, tendo em vista que não ficaram claras apenas com a revisão bibliográfica mencionada anteriormente.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua ou PopRua – como é citada em diversas ações e divulgações feitas pela Prefeitura Municipal de São Paulo – é considerada, segundo o Decreto Nacional Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009 que “institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua” (BRASIL, 2009), como um:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

No Decreto citado acima, fica explicitado quais são os princípios da Política Nacional para a população em situação de rua:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;
 II - direito à convivência familiar e comunitária;
 III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
 IV - atendimento humanizado e universalizado; e
 V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009).

Das dez diretrizes desta mesma Política Nacional, gostaria de ressaltar três: “incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas” (BRASIL, 2009); “implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional” (BRASIL, 2009); e “democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos” (BRASIL, 2009).

Tratando-se dos objetivos, destaco dois entre os quatorze: “instituir a contagem oficial da população em situação de rua” (BRASIL, 2009) – conforme veremos mais à frente, a Cidade de São Paulo realizou o Censo PopRua em 2019 e divulgou em janeiro de 2020; e:

incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem

como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento. (BRASIL, 2009).

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem seu enfoque na cidade de São Paulo, tendo em vista que se trata do local em que o autor do mesmo reside e se aproximou do público em questão no Centro do município.

Sendo assim, há outra legislação importante a ser levada em consideração observando o recorte paulistano: a Lei Municipal nº 17.252/2019 de 26 de Dezembro de 2019, que “consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua” (SÃO PAULO, 2019). A lei em referência possui praticamente os mesmos princípios, diretrizes e objetivos do Decreto Nacional, salvo algumas exceções quanto à abrangência de atuação, o que torna o texto mais enxuto e traz alguns avanços da discussão sobre o tema ao longo desses dez anos entre a publicação de cada, como a diretriz de “incentivo à construção da autonomia e à saída da situação de rua por meio de programas com foco em geração de renda e moradia” (SÃO PAULO, 2019) e o objetivo de “promover a qualidade, segurança e bem-estar na estruturação e gestão dos serviços de atendimento socioassistencial, de atenção psicossocial e de outros equipamentos e serviços utilizados pela população em situação de rua” (SÃO PAULO, 2019).

Outro grande avanço é a instituição por lei do Comitê – o que representa maior força que o decreto por se tratar de uma processo conjunto entre legislativo e executivo –, instituído desde 2013 pelo Decreto Nº 53.795/2013 de 25 de Março do mesmo ano. É de extrema importância para a elaboração do “Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos, responsabilidades e orçamentos” (SÃO PAULO, 2013) e, posteriormente, para o acompanhamento e monitoramento da “implementação do Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua por meio das Secretarias Municipais e Subprefeituras” (SÃO PAULO, 2019).

O Comitê PopRua, como é popularmente chamado, está vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, mas, por conta da paridade de sua composição, outras Secretarias Municipais também estão presentes representando o Poder Público, como a de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, a de Habitação e as Subprefeituras,. Já pelo lado da sociedade civil, temos uma representação “composta por pessoas em situação ou com trajetória de rua, movimentos sociais e organizações que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua, a serem escolhidos por meio de processo eleitoral

público” (SÃO PAULO, 2019). A última eleição, realizada em 08 de fevereiro de 2020, foi recordista “com 1.612 votos, quase o triplo dos eleitores participantes do pleito anterior” (PREFEITURA SP, 2020). Através dela, foram eleitos cinco representantes da PopRua e seus cinco suplentes, bem como quatro organizações sociais e seus suplentes. Os mandatos serão de dois anos.

O grupo se reúne na primeira quarta-feira de cada mês para, além de elaborar, acompanhar, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua,

- IV - definir diretrizes para o atendimento da população em situação de rua pelas diferentes políticas municipais;
- V - realizar o controle social por meio do monitoramento da movimentação dos recursos financeiros consignados para os programas e políticas para a população em situação de rua;
- VI - assegurar a articulação intersetorial dos programas, ações e serviços municipais para atendimento da população em situação de rua;
- VII - instituir subcomitê permanente formado, no mínimo, pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, de Assistência e Desenvolvimento Social, das Subprefeituras e da Saúde, para o acompanhamento das ações de zeladoria urbana, com o objetivo de fiscalizar a implementação e o cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei e na legislação complementar;
- VIII - receber e encaminhar denúncias de violações de direitos da população em situação de rua;
- IX - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;
- X - organizar, periodicamente, encontros e seminários municipais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;
- XI - nas áreas de maior presença da população em situação de rua, apoiar grupos com o objetivo de articular a rede e implementar territorialmente a Política Municipal para a População em Situação de Rua (SÃO PAULO, 2019).

A partir disso, podemos perceber a importância do Comitê por ser um espaço de participação da PopRua na Administração Pública, e, também, perceber a necessidade de fortalecimento de espaços como esse, seja na efetivação de outros Conselhos com participação da população em situação de rua – como acontece no Conselho da Saúde e da Habitação, nos quais cadeiras são reservadas para representantes desse nicho –, seja na instrução normativa por lei – o cenário ideal – ou por decreto.

Para além disso, a norma municipal traz de forma destrinchada as obrigações do Poder Público nas diferentes áreas de atuação, como: direitos humanos e cidadania; habitação; educação e geração de emprego e renda; assistência e desenvolvimento social; saúde; criança

e adolescente em situação de rua; segurança alimentar; cultural; esporte e lazer; zeladoria urbana; e ouvidoria.

Sobre a última área de atuação – ouvidoria –, temos o seguinte artigo: “O Poder Público deverá oferecer canal gratuito para recebimento de denúncias de violações de direitos da população em situação de rua feitas pela própria vítima ou por terceiros” (SÃO PAULO, 2019) e a garantia de “sigilo e o anonimato dos munícipes denunciadores, quando por estes solicitados.” (SÃO PAULO, 2019) Denúncias deste tipo são encaminhadas para o Comitê PopRua e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em especial para a Coordenação de Política para a População em Situação de Rua (Coordenação PopRua) e Ouvidoria de Direitos Humanos, quando não são denúncias por ela recebidas.

A Prefeitura de São Paulo disponibiliza alguns serviços para que a PopRua possa manifestar-se presencialmente ou de forma remota sobre a “prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços” (SMDHC, 2020). Caso opte pela primeira opção, o cidadão recorrerá à Ouvidoria de Direitos Humanos, parte da Ouvidoria Geral do Município responsável por:

Receber e encaminhar as manifestações dos cidadãos ou reencaminhadas por outras ouvidorias ou órgãos públicos, referentes à violação institucional de direitos humanos, devendo assegurar ao cidadão a proteção de sua identidade e demais atributos de identificação (SMDHC, 2020).

Além de “atuar em resposta a situações de risco e contingência de vulnerabilidade que conduzam a violações de direitos humanos” (SMDHC, 2020).

A Ouvidoria de Direitos Humanos fica na região central de São Paulo – Rua Dr. Falcão Filho, nº 69 –, porém existe uma unidade em cada região para acolhimento dessas denúncias nos equipamentos públicos chamados Descomplica SP, uma forma de atendimento à população de forma descentralizada. Mais especificamente, encontram-se nas unidades de São Miguel Paulista, Campo Limpo, Butantã e Santana/Tucuruvi.

Caso o cidadão opte pela notificação à distância, ela pode ser feita pelo telefone 156 ou pelo Portal de Atendimento 156 na internet, através da aba “cidadania e assistência social”. Esses canais poderão ser acionados:

sempre que uma pessoa se deparar com a omissão ou alguma irregularidade cometida por agente público no trato com pessoa em situação de rua abordada, atendida ou acolhida em equipamento público especializado, além de outros serviços

que tenham contato com esta população, tais como a zeladoria urbana (PORTAL 156, 2020).

3.1 CENSO POPRUA

Conforme exposto anteriormente, como parte da Política Nacional para a População em Situação de Rua, há a necessidade de se realizar a contagem de quantos indivíduos se encontram nessa situação de vulnerabilidade social, a fim de aprimorar a gestão e definição de políticas públicas. Desta forma, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, contratou a empresa Qualitest Ciência e Tecnologia LTDA para realização da Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua 2019, assim como já havia feito em 2000, 2009, 2011 e 2015.

A pesquisa se iniciou em agosto de 2019, a contagem durou nove dias e o relatório foi divulgado em janeiro de 2020. Além de toda a dificuldade de se realizar um censo por uma cidade tão grande e populosa quanto São Paulo, tratando-se da população em situação de rua, existem certas peculiaridades, como:

A mobilidade e dispersão espacial, as dificuldades de identificação dos integrantes dessa população em algumas áreas e a dificuldade de identificação e acesso de parte dos locais de permanência das pessoas em situação de rua. (CENSO POPRUA, 2019).

Desta forma, as equipes de campo foram divididas em nove distritos censitários baseados em distâncias a serem percorridas por cada equipe, em pontos de atração – desde terminais de transporte público e serviços de atendimento à população em situação de rua até pontos de tráfico de drogas e prostituição – e em concentrações, tendo como base os censos anteriores. Para solucionar as peculiaridades dessa pesquisa, optou-se por realizar as contagens no período noturno, tendo em vista que as pessoas “estão em seus locais de pernoite, facilitando sua identificação e minimizando o risco de sub ou sobre enumeração” (CENSO POPRUA, 2019). Portanto, foi feita a contagem simples: em uma noite, os pesquisadores em cada distrito abordaram pessoas em situação de rua “em condições de responder a pesquisa” a fim de obter “o número de pessoas em situação de rua encontradas nos logradouros e acolhidas nos Centros de Acolhimento Institucional” de São Paulo. Os

encontrados nos logradouros foram denominados “rua” e os acolhidos nos Centros foram denominados “acolhidos”.

Os números divulgados foram: 24.344 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro) pessoas em situação de rua na capital paulista, sendo 11.693 (onze mil, seiscentos e noventa e três) “acolhidos” e 12.651 (doze mil, seiscentos e cinquenta e uma) “rua”. Segundo a Folha de São Paulo, no dia 31 de janeiro houve um aumento de 53% em relação ao total de pessoas no censo anterior de 2015, cujo número era de 15.905 (quinze mil e novecentas e cinco) pessoas.

Alguns números interessantes a serem abordados:

- Do total, 20.364 (vinte mil, trezentos e sessenta e quatro) são homens e 3.604 (três mil, seiscentos e quatro) são mulheres. Sendo que, destes números, 386 (trezentos e oitenta e seis) são transsexuais;
- Em relação à etnia, 12.435 (doze mil, quatrocentos e trinta e cinco) são pretos e pardos; 5.033 (cinco mil e trinta e três) são brancos; 310 (trezentos e dez) são indígenas; e 165 (cento e sessenta e cinco) são amarelos;
- Quanto à idade, 664 (seiscentas e sessenta e quatro) são crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos);
- Mas a idade predominante é de 31 a 49 anos: 46,6% (quarenta e seis vírgula seis por cento) dentre a porcentagem válida.
- Os bairros – representados pelas Subprefeituras – com maiores concentrações são: Sé, com 11.048 (onze mil e quarenta e oito), é também onde mais há pessoas “rua”; Mooca, com 4.779 (quatro mil, setecentos e setenta e nove), é o local onde mais há “acolhidos”; Santana/Tucuruvi, com 1.034 (um mil e trinta e quatro); Lapa, com 883 (oitocentos e oitenta e três); e Santo Amaro, com 739 (setecentos e trinta e nove);
- Do total, 15.766 (quinze mil, setecentos e sessenta e seis) pessoas fazem parte da População Economicamente Ativa: população inserida no mercado de trabalho ou em vias de ser inserida.

Além dessa pesquisa qualitativa, foi realizada uma pesquisa quantitativa com 2.000 (dois mil) entrevistados, sendo 928 (novecentos e vinte e oito) “acolhidos” e 1.072 (um mil e setenta e dois) “rua”. Desta outra pesquisa, é interessante ressaltar:

- Do total, 3,4% (três vírgula quatro por cento) são estrangeiros: destes, 38,8% (trinta e oito vírgula oito por cento) são venezuelanos, 9% (nove por cento) sul-africanos; e as seguintes nacionalidades com 6% (seis por cento) cada: angolanos, argentinos e portugueses.
- Os principais estados de origem são: São Paulo, com 55% (cinquenta e cinco por cento); Bahia, com 9,5% (nove vírgula cinco por cento); Minas Gerais, com 6,3% (seis vírgula três por cento); Pernambuco, com 5,1% (cinco vírgula um por cento); e Paraná, com 3,9% (três vírgula nove por cento);
- Em relação à alfabetização, 8,4% (oito vírgula quatro por cento) não sabem ler e escrever; e 8,1% (oito vírgula um por cento) não frequentaram a escola;
- Em relação à escolaridade, 4,1% (quatro vírgula um por cento) têm superior completo e 3,9% (três vírgula nove por cento) têm superior incompleto;
- Principais motivos pelos quais as pessoas estão na rua: Conflitos Familiares, com 40,9% (quarenta vírgula nove por cento); Perda de Trabalho, com 25,8% (vinte e cinco vírgula oito por cento); Dependência de Drogas Ilícitas, com 19% (dezenove por cento); Dependência de Álcool, com 14,3% (catorze, três por cento); e Perda de Moradia, com 13,2% (treze vírgula dois por cento).

No dia da divulgação da Pesquisa Censitária, alguns membros da população em situação de rua organizada – algo que será melhor exposto mais à frente – protestaram quanto aos números divulgados pela Prefeitura. Segundo a Folha de São Paulo, “pessoas vivendo em barracos de madeira embaixo de pontes e viadutos não foram consideradas pela pesquisa como moradores de rua” (PAULUZE, 2020), o que, talvez, possa explicar a diferença com o número apresentado “pelo Cadastro Único, sistema do Ministério da Cidadania, [que dizia que] em dezembro de 2019 havia 33.292 famílias em situação de rua no município.” (PAULUZE, 2020). Apesar dessas reclamações, não se pode negar que os censos, como este, tentam trazer à luz os invisíveis de nossa sociedade.

3.2 INVISIBILIDADE SOCIAL

Para Marcus Eugênio (2009), professor da Universidade Federal de Sergipe, existem duas teorias que são usadas para analisar a invisibilidade social das pessoas em situação de

rua, chamada por ele de pedintes: uma delas está na falta de percepção da sociedade, como se aquele indivíduo já fosse parte da paisagem urbana – de certa forma, apesar dos olhares direcionados a ele, não se vê um humano naquela situação. A outra é a da banalização, na qual criamos certos mecanismos para despersonalizar o outro – esta é mais utilizada quando se trata de profissões sem o glamour da sociedade, como garis, cobradores de ônibus e seguranças, por serem vistas como função, e não como pessoa. Tal teoria foi posta a prova em 2004 pelo, então, aluno de Psicologia da Universidade de São Paulo, Fernando Braga da Costa, que semanalmente durante oito anos se vestiu de gari pela ruas da universidade como forma de entender como essa classe social é tratada pela sociedade. Ele pôde comprovar que:

em suma, a valorização social está condicionada ao sucesso e à posição dentro do contexto social. Caso contrário, quem é ou está desprovido das prerrogativas sociais estabelecidas pela sociedade de consumo vigente torna-se mera sombra social. (CELEGUIM, ROESLER, 2009).

O conceito de invisibilidade social é objeto de estudo da psicologia e pode ser utilizado em vários aspectos de análise, desde a escravidão – na qual há uma banalização do ser humano que não é enxergado pelo grupo hegemônico vigente como pessoa, apenas como função de trabalho – até os dias de hoje, com uma concepção muito atrelada à Sociedade do Consumo. Para Juliana Porto, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a invisibilidade social se estabelece aos que estão à margem da sociedade, criando

uma crise de identidade nas relações entre os indivíduos das sociedades contemporâneas, considerando-se os efeitos da estruturação sócio-econômica advinda do Neoliberalismo, que tem como protagonista a ‘Cultura do Consumo’, na qual ‘você é o que você consome’ (PORTO, 2009).

Segundo Laing (1986 apud PORTO, 2009), “a identidade é definida pela relação do indivíduo com os que estão à sua volta, em seu convívio”. Desta forma, a população em situação de rua, por não poder fazer parte do grupo que consome, não é vista e sofre esse impacto em sua identidade. Em alguns casos existe, sim, a atividade laboral, porém em funções não glamourizadas e com remunerações muito abaixo do praticado no mercado, como denunciou o The Intercept Brasil em março de 2018 sobre o Festival Lollapalooza, que havia contratado pessoas em situação de rua para montar e desmontar as estrutura dos palcos, sendo

que “os trabalhadores, contratados sem qualquer formalização, contam que recebiam entre R\$ 40 e R\$ 50 por uma jornada de dez a doze horas” (LOCATELLI, 2018).

Em “Por uma outra globalização” (2002), Milton Santos trata da pobreza nos países em desenvolvimento na era da globalização de três formas, como numa escala gradativa de tempo em situação de pobreza: pobreza incluída, marginalidade e pobreza estrutural. No primeiro, refere-se a algo passageiro, sazonal, acidental e local. Persistindo a pobreza de forma duradoura, passa a ser considerada marginalidade, pois, dentro da Sociedade do Consumo, aqueles que não podem consumir passam a se encontrar à margem da sociedade.

A partir de então, com o processo de normalização da sociedade perante aqueles à sua margem, é que se dá o início da pobreza estrutural:

Ela equivale a uma dívida social, não mais local, mas globalizada. As pessoas se habituariam à existência da pobreza, sem se preocupar em erradicá-la. Ao contrário das outras duas primeiras fases da pobreza, na terceira fase, tanto o Estado como os próprios indivíduos não se sentem mais responsáveis pelos problemas sociais. Aquilo que era considerado como um pequeno acidente torna-se sólido e presente, e se conclui, equivocadamente, que combatê-lo constitui perda de tempo. É uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como também pela redução do valor do trabalho (RIBAS, 2015).

3.3 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Buscando fugir da invisibilidade social, a população em situação de rua organicamente inicia um processo de organização social em diversos grupos, cada qual com sua diferença, porém todos muito similares nas suas reivindicações, pois como destaca Bauman (2000) “a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo, só pode ser assegurada e garantida coletivamente”. Sendo assim, a sociedade civil passa a tentar dialogar com o Estado e o Mercado, conforme Cohen e Arato expõem:

A sociedade civil moderna é criada a partir de formas de autoconstituição e automobilização. Ela é institucionalizada e generalizada através de leis, especialmente direitos subjetivos, que estabilizam a diferenciação social. Embora as dimensões de autocriação e institucionalização possam existir separadamente, no longo prazo, ação independente e institucionalização são necessárias para a reprodução da sociedade civil (COHEN, ARATO, 1997).

Entretanto, nem sempre a sociedade civil foi vista como uma unidade separada, e nem de forma positiva, pelos diversos autores ao longo da história. Bobbio (1999) ressalta que

houve sempre uma definição da mesma a partir do que se entendia por Estado. Aristóteles, por exemplo, na visão do autor italiano, considerava-a como o Estado, no qual havia uma organização em contraposição à sociedade natural. Os jusnaturalistas, como Hobbes e Kant, entendem a Sociedade Civil como pré-estatal, onde as associações eram formadas pelos interesses próprios, porém de forma desordenada e não mediada.

Hegel interpreta a sociedade civil como um mediador entre família e Estado, seria então o primeiro estágio de formação do Estado. Marx compreende como a base material da sociedade:

essa sociedade civil é o verdadeiro centro, o teatro de toda história; e pode-se ver como é absurda a concepção da história até hoje corrente, que se limita às ações de líderes e de Estados e deixa de lado as relações reais [...]. a sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas (apud BOBBIO, 1982).

Gramsci, por sua vez, propõe a sociedade civil como um conceito pós-estatal. Em vez de uma base material da sociedade, como colocado por Marx, seria uma superestrutura amparada por aparatos ideológicos e instituições na busca pelo consenso.

Com isso, além de não possuir uma definição por si só, é possível ver de certa forma negativa o conceito de sociedade civil. Justamente o que Cohen e Arato (1997) tentam mudar. Para eles, há um papel específico pautado na pluralidade de diversos grupos que se autoconstituem e se automobilizam, de forma que a democracia, de fato, possa surgir do “debate que concerne não apenas às esferas governamental e econômica, mas, sobretudo, aos espaços públicos formados pela sociedade civil (democracia participativa).” (ANDION, SERVA, 2004). Por isso, eles propõem uma dimensão na qual Estado, Mercado e Sociedade Civil são atores distintos, mas que estão em constante ligação graças às parcerias feitas entre eles.

No Brasil, por exemplo, como mostram Andion e Serva (2004), podemos ver essa sociedade civil organizada por meio dos Conselhos Municipais, os quais tratam cada um de um tema – desde os direitos da criança e do adolescente até direitos da pessoa idosa – são participativos e garantidos por lei, como o Comitê Poprua; Movimentos sociais, que são semelhantes aos conselhos municipais na sua atuação, mas sua formação se dá de forma diferente por não estar atrelada a uma disposição legal, mas que dialoga com o Estado e o

Mercado no sentido de manutenção ou quebra do *status quo*; Organizações não-governamentais (ONGs), que ultrapassam a lógica assistencialista e buscam a profissionalização da ação por meio de embasamento técnico e teórico com financiamento próprio ou internacional; Institutos e Fundações criados a partir da ação do Mercado, mas que mobilizam a ação coletiva da sociedade em determinada região; e, talvez o exemplo mais palpável, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que, por meio de sua atuação em prol da sociedade, conseguem firmar parceria com o Estado através da apresentação de toda a burocracia necessária para receber recursos públicos e ainda podem oferecer dedução fiscal das doações do Mercado.

Historicamente, porém, nem sempre foi assim no Brasil. Amparados por uma lógica assistencialista da Igreja Católica – muito atrelada ao Estado –, a sociedade civil vivia às margens da caridade. Os pensamentos passam a mudar com o sindicalismo e as manifestações sociais, Getúlio Vargas assume a presidência e, com a proposta de governo populista e paternalista, acalma e, de certa forma, controla os sindicatos e confederações. Após um breve período de democracia, temos o Golpe Militar e a consequente Ditadura, na qual associações de cunho social não eram bem vistas pelos militares e não houve campo para trocas entre Sociedade Civil, Estado e Mercado. Mas, ao mesmo tempo, permitiu abrir os caminhos para o que temos hoje em dia com as ONGs, inicialmente vindas de fora do país e buscando agregar conhecimento à capacidade de atuação das comunidades locais e as redes criadas pela ala progressista da Igreja Católica, que conseguia se manter ileso sob a tutela da Ditadura.

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ESFERA DEMOCRÁTICA

A comunicação pública é um espaço de debate que permite a parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. Porém, é um conceito amplo e existem várias formas de interpretá-lo e defini-lo. Maria José de Oliveira (2004 apud MATOS, 2013) afirma que “comunicação pública é um conceito amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como também por empresas, terceiro setor e sociedade em geral”.

Duas interpretações parecidas sobre o tema são de Heloiza Matos e Elizabeth Brandão, descritas por Duarte e Veras (2006) da seguinte forma:

Matos e Brandão fazem uma releitura dos conceitos e apresentam uma versão que congrega os principais pontos, que são: a participação do Estado, do Governo, da sociedade e do Terceiro Setor, a localização na esfera pública e a fundamentação no interesse público. Matos define Comunicação Pública como ‘processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país’. A autora relaciona Comunicação Pública com democracia e cidadania e pensa a Comunicação Pública ‘como um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima’. Na mesma direção, Brandão define Comunicação Pública como ‘o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país’. (apud MATOS, 2006).

Analisaremos, então, as visões de duas autoras que correspondem a posições distintas em relação ao Estado, a primeira se encontra do lado de fora e a segunda do lado de dentro.

4.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: POR UM LADO DO BALCÃO

Segundo Brandão (2006), a variedade de interpretações sobre a comunicação pública está atrelada ao autor, país e cenário político, e “tamanha diversidade indica que a expressão ainda não é um conceito claro, nem uma área de atuação profissional delimitada”. A autora apresenta cinco áreas com as quais a comunicação pública se identifica: comunicação organizacional; comunicação científica; comunicação do Estado e/ou governamental; comunicação política; e estratégias de comunicação da sociedade civil organizada.

4.1.1 Comunicação organizacional

Comunicação organizacional, conforme sintetiza Kunsch (2013), “abrange todos os tipos de organizações – públicas, privadas ou do terceiro setor. Ela lida com tudo que está implicado no contexto comunicacional das organizações: redes, fluxos, processos, etc.” (apud MATOS, 2013). Logo, a comunicação organizacional permeia e é parte de todas as organizações – internas e externas. Kunsch (2013) vai além do que já fora mencionado citando o mix da “comunicação organizacional integrada”, buscando:

mostrar como as organizações estabelecem relações confiantes, por meio de suas manifestações, que podem ser com fins internos, institucionais e fin mercadológicos. Se pensarmos a comunicação nas organizações de forma abrangente e holística, temos de nos preocupar com uma sinergia de propósitos e ações. As ações comunicativas precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação integrada que levam em conta as demandas, os interesses e as expectativas dos públicos e da sociedade. E a comunicação pública certamente tem muito a ver com tudo isso. (apud MATOS, 2013).

É justamente por conta dessas demandas, interesses e expectativas dos públicos e da sociedade que, em alguns países, a comunicação pública é tida como comunicação organizacional, por tratar de uma divulgação institucionalizada pautada pela opinião pública. De forma que Suárez e Zuñeda analisam: “as comunicações viraram um patrimônio comum da sociedade, que concedem direitos, mas que exigem também uma série de obrigações que as instituições devem aceitar e cumprir de maneira responsável” (apud BRANDÃO, 2006).

Com isso, Brandão pretende mostrar que, nesta identificação, a comunicação pública está voltada para a criação e manutenção de relacionamentos entre a organização e seus variados públicos com o intuito em consolidar-se, seja por meio de vendas seja por fortalecimento da reputação, utilizando-se de “instrumentos e tecnologias de comunicação de massa, de grupo e interpessoal, técnicas de pesquisas diversas (opinião pública, mercado, clima organizacional etc.) e o conjunto de conhecimentos e técnicas das áreas de marketing.”

4.1.2 Comunicação científica

Comunicação científica é uma tentativa de buscar aproximação entre a comunidade científica e a opinião pública em geral, buscando responder questões que afligem a sociedade ou informar sobre determinadas situações e caminhos a serem tomados.

Para Brandão (2006), existem dois pontos de confluência entre comunicação científica e comunicação pública, ambos relacionados à divulgação científica, porém com certa diferença, em especial pelos momentos e locais utilizados. O primeiro, mais antigo e utilizado em áreas mais pobres, relaciona-se com a difusão dos conhecimentos científicos como uma forma de ajudar na relação do homem com o campo na produção agrícola e na saúde dos mais necessitados que estavam à margem dos cuidados à época. Nestes casos, foram necessárias adequações da linguagem quase que de forma pedagógica, buscando a aproximação dos públicos em questão. O segundo, mais recente, observa-se da necessidade de se recorrer à ciência para tentar solucionar questões sociais, políticas e econômicas que antes não eram tratadas como questões que a ciência deveria tratar. Mesmo assim, é necessário buscar o interesse da opinião pública, do governo e, conseqüentemente, da mídia, que já trabalha com uma nova área para tratar desses assuntos, o jornalismo científico.

Assim, a identificação de comunicação pública com comunicação científica está nas “discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir para a mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão.” (BRANDÃO, 2006).

4.1.3 Comunicação do Estado e/ou governamental

Comunicação do Estado e/ou governamental traz toda a veiculação do Estado direcionada ao público-alvo: a população do local. Ela pode ser feita de diversas formas: mídias impressas ou digitais, campanhas nos mais variados veículos, etc. Porém, nos últimos tempos, estão surgindo formas mais participativas, com possibilidade de trocas entre população e Estado. São os casos dos canais de comunicação por telefone ou meios digitais, conselhos participativos, audiências públicas, ouvidorias, entre outros. Nessas comunicações, busca-se compreender a percepção da população sobre determinadas ações e políticas;

despertar o sentimento de pertencimento ao local do qual fazem parte; prestar contas; lembrar e relembrar sobre determinadas atitudes que devem ser tomadas; e garantir os direitos e deveres dos pares.

Nesta acepção, entende-se a comunicação governamental como comunicação pública na forma de congregar todos os atores da determinação da agenda pública – Estado, ONGs, conselhos, associações do terceiro setor, empresas privadas e/ou público-privadas e agências reguladoras – em uma só situação, permitindo a democracia de fato. Trata-se da possibilidade do governo “levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público.” (BRANDÃO, 2006)

4.1.4 Comunicação política

Gerstlé (apud MATOS, 2006) analisa a comunicação política a partir de três concepções: instrumental, ecumênica e competitiva. Matos (2006) ainda acrescenta a concepção deliberativa para a completa noção desta vertente comunicacional, sendo que uma não anula a outra e, em algumas ocasiões, é possível identificar a presença de duas ou mais.

Instrumental: a propaganda ideológica é um grande exemplo. Trata-se da manipulação da opinião pública na manutenção do poder ou ascensão ao mesmo. Muito utilizada em regimes totalitários, populistas, tendo como grande exemplo o nazi-fascismo e a ditadura militar. Embora tenhamos, de certa forma, superado essas formas cruéis de poder com a abertura democrática e a garantia de direitos pela Constituição, a concepção instrumental ainda se faz presente pelo:

marketing político emerge com suas estratégias de buscar, no consumidor real e/ou potencial do mercado político-eleitoral, as expectativas e desejos, imprimindo, assim, na visão instrumental, os atributos e potencialidades esperados nos candidatos aos cargos eletivos e nos governantes em atuação. (MATOS, 2006)

Ecumênica: troca de informações entre os atores políticos, mídia e público de forma interativa. Não se entra tanto no mérito de qual mensagem está sendo transmitida, mas como a mesma é recebida e interpretada. Por isso, algumas distinções devem ser tomadas entre os diferentes canais, como: canais institucionais (administração pública); canais organizacionais

(partidos e movimento organizados); midiáticos (mídias de massa); interpessoais (grupos sociais e relações interpessoais).

Competitiva: mídia como papel central com capacidade e poder de influenciar como o público receberá certos acontecimentos políticos, cognitiva ou simbolicamente, controlando as representações políticas. De certa forma, a mídia está acima dos outros atores, embora a abordagem competitiva não exclua o poder de decisão da opinião pública e a participação popular no debate político.

Deliberativa: o debate público como espaço democrático na viabilização da consciência dos cidadãos iguais. A mídia continua com sua influência, porém não está acima dos outros atores como na competitiva, mas faz parte do debate. E é somente a partir do debate que se delibera, dando legitimidade para o “exercício do poder e da racionalidade na tomada de decisões políticas – não apenas do voto, durante o processo eleitoral, mas de forma contínua e ampliada” (MATOS, 2006).

Por meio dessas quatro concepções, podemos sintetizar que comunicação política se assemelha à comunicação pública, segundo Brandão (2006), quando o Estado e/ou partidos políticos se utilizam de técnicas midiáticas para expressão de suas ideias ou no embate entre a mídia e demais atores na decisão do que deve ou não ser veiculado.

4.1.5 Estratégias de comunicação da sociedade civil organizada

Esta identificação é mais recente e resulta dos novos atores que se formaram a partir de processos apresentados anteriormente por este Trabalho de Conclusão de Curso. Para Peruzzo, o Terceiro Setor, durante seu processo de formação, compreende

a necessidade de apropriação pública de técnicas (de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público etc) e de tecnologias de comunicação (instrumentos para transmissão e recepção de conteúdos etc) para poderem se fortalecer e realizar os objetivos propostos (apud BRANDÃO, 2006)

Temos, assim, o surgimento da comunicação comunitária ou comunicação alternativa, pois os movimentos sociais não pretendiam apenas participar do que já existia – da mídia vigente – eles queriam também propor novas narrativas, suas próprias narrativas, com a possibilidade de mostrar sua posição sobre os fatos e fazer parte do jogo político. Sem

ter a obrigação de lucrar como a maior parte da mídia, “refere-se a uma prática realmente democrática e social da comunicação, sem compromissos com a indústria midiática e entrelaçada com o cotidiano das populações e suas práticas políticas” (BRANDÃO, 2006).

Nesse sentido, a comunicação comunitária reúne os dois princípios norteadores de comunicação pública para Jaramillo, o interesse público e os princípios democráticos, como expõe Kunsch:

Para o autor, há duas condições para que a comunicação seja, de fato, considerada pública: que resulte de sujeitos coletivos, ainda que sejam representados ou se expressem por meio de indivíduos; que seja referida à construção do que é público. Portanto, é uma comunicação inclusiva e participativa, cuja vocação não poderia ser estar a serviço da manipulação de votantes ou da eliminação da individualidade, característica da comunicação fascista. Trata-se de uma comunicação eminentemente democrática, pela profundidade de sua natureza e por vocação. (apud MATOS, 2013).

Com isso, podemos concluir que nessa “acepção, entende-se a prática da comunicação a partir da consciência de que as responsabilidades públicas não são exclusivas dos governos, mas de toda a sociedade” (BRANDÃO, 2006).

4.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: PELO OUTRA LADO DO BALCÃO

Já Haswani (2010) – em sua tese de doutorado defendendo que “o Estado seja necessariamente ativo sempre que a informação em pauta significar a garantia de direitos fundamentais” (HASWANI, 2010) – analisa a comunicação pública sob cinco aspectos: comunicação da instituição pública; comunicação política; comunicação social; comunicação administrativa (ou de cidadania); e comunicação da esfera pública.

Com estudos baseados nas universidades italianas para a melhor definição de comunicação pública, a autora também concorda que o tema não tem uma definição concreta nem um ponto de partida, o que de certa forma dificulta as discussões. Por isso, toma como base os estudos de Mancini (2008), que se utiliza da intersecção de três dimensões para delimitar o tema: promotores/emissores, finalidade e objeto.

Promotores/emissores: organizações públicas – que, de certa forma, dependem do Estado direta ou indiretamente – e organizações privadas ou semipúblicas – partidos ou organizações sociais são exemplos por se colocarem entre o cidadão e o Estado intermediando

as relações, seja representando seja atacando, e por serem financiadas por investimento público e/ou privado.

Finalidade: comunicação não lucrativa, que se distingue da comunicação voltada para a venda.

Objeto: a comunicação que tenha como objeto tudo que seja de interesse coletivo.

Desta forma, Haswani (2010), sem deixar de lado dois outros aspectos importantes: publicidade – abertura das instituições a demandas e intervenções dos agentes externos, no caso do ator passivo, ou a abertura a participar do processo comunicacional externo, no caso do ator ativo – e sociedade civil – o principal ponto da comunicação pública – propõe:

Nessa concepção de Mancini, a comunicação pública inclui a comunicação dos entes governamentais, das instituições complexas, públicas, privadas e semipúblicas, objetivando de maneira sistemática a atuação em um campo que não é aquele dos interesses exclusivamente privados, ao contrário, aquele das funções socialmente relevantes (GALLINO, 1993). Não se refere, portanto, somente ao âmbito dos atos normativos, mas também às iniciativas voltadas a favorecer a relação entre cidadãos e instituições, a promover as iniciativas e os serviços oferecidos, a promover valores e imagens de interesse geral. Essa interpretação inclui, no campo da comunicação pública, a promoção dos valores e ideias que pertencem à sociedade inteira e que, ainda uma vez, não visam a realização do lucro.

4.2.1 Comunicação da Instituição Pública

Nesta análise da comunicação pública, temos a informação como base, sendo o Estado e seus braços responsáveis por informar, com caráter normativo, a população sobre seus direitos e deveres, processos de transparência, funcionamento dos serviços públicos, atividades que estejam ocorrendo e publicidade institucional.

Roberto Grandi faz uma adaptação do que fora exposto por Laswell, tornando bastante visível o que é a comunicação da instituição pública da seguinte forma:

quem: a comunicação da instituição pública é aquela comunicação realizada por uma administração pública (ente público ou serviço público), seja central ou periférica, e reconhecida como tal; esta atribuição deve poder ser operada por qualquer um, mediante a presença, explícita e clara, da assinatura da fonte; diz o quê: divulga a produção normativa, as atividades, a identidade e o ponto de vista da administração; por meio de quais canais: utiliza, de maneira possivelmente integrada, todas as mídias e canais disponíveis (desde os murais até as novas tecnologias em rede), por meio de uma oportuna declinação dos relativos registros comunicativos; a quem: aos cidadãos ou às organizações, quando se apresenta como comunicação externa direta; aos meios de massa, quando quer atingir os cidadãos ou as organizações através da mediação de cabeçalhos informativos; a quem opera dentro das instituições públicas, quando se apresenta como comunicação interna; com quais efeitos: garantir aos

cidadãos o direito de informação (principalmente o direito de se informarem e de serem informados); construir e promover a identidade do ente público para reforçar as relações entre os subordinados e a administração, de um lado, e entre os cidadãos e o ente, de outro; oferecer a possibilidade aos cidadãos de exprimir de maneira ativa e substancial os direitos de cidadania, a fim de se tornarem co-responsáveis pela solução de problemas de interesse geral; produzir uma transformação radical de mentalidade dentro da administração pública, que deverá reconhecer a comunicação como recurso estratégico para a definição das relações com os cidadãos. (apud HASWANI, 2010).

Faz-se necessário, também, destacar alguns pontos levantados por Faccioli (2000) para o entendimento da comunicação da instituição pública: a normativa e a de promoção da imagem.

Normativa: como o próprio nome já dá a entender, trata-se da divulgação de leis, normas e decretos, em sua maioria publicados nos Diários Oficiais. Cabe aqui a crítica apresentada por Faccioli (2000) ao expor o uso da linguagem jurídica, inacessível, dúbia e incompreensível para a maioria da população como forma de veicular tais informações, sendo necessária uma adequação da linguagem.

Promoção da imagem: utilizando-se de técnicas normalmente associadas ao universo mercadológico – fixação, repetição, sonoridade, entre outras – buscam informar a população sobre as ações do governo. Gadotti (1993), por sua vez, realça esse tipo de comunicação como uma forma de manutenção do poder no sentido de que legitima por meio da persuasão, e também vê a possibilidade deste tipo de informação ser uma maquiagem no que deveria estar sendo comunicado. Ao comunicar atrasos em obras, por exemplo, essa técnica pode, por vezes, frustrar parte da população que se encontrava com outras expectativas.

Assim, é importante destacar que a comunicação pública não se aproxima da comunicação da instituição pública unicamente pelo caráter informativo. A instituição pública deve estabelecer uma troca partindo do pressuposto que o que se informa deve ser de interesse do público a partir de uma adequação da linguagem – reforçando a necessidade de uma relação com o cidadão –, sobretudo para garantir a possibilidade de resposta do mesmo, conforme Rovinetti (1992).

4.2.2 Comunicação política

Muitos autores divergem quanto à comunicação pública conter ou estar contida na comunicação política. O que é lugar comum a todos são as partes que compõem esta última,

sendo: o sistema político – partidos políticos e sistema eleitoral –, as mídias e o cidadão. Este assumindo o papel de “cidadãos eleitores não tanto usuários de serviços públicos” (HASWANI, 2010), como forma de tentar distinguir a comunicação política da comunicação das instituições públicas.

Nesta acepção, é inegável o papel central da mídia – sobretudo as mídias de massa – no sentido de que, conforme expõe Haswani (2010), faz movimentar as peças do jogo político por meio da controvérsia, gerando polarização e mais audiência, pois

a comunicação política se volta ao cidadão na sua veste de eleitor e se move na dimensão da polarização entre disputas e temas com posições contrapostas. O caráter de controvérsia oferecido pela mídia é, ainda mais, solicitado pela representação do sistema político: o conflito faz notícia muito mais que o acordo e constitui um dos aspectos da espetacularização da arena política. (HASWANI, 2010).

Embora seja mais explícito no âmbito das campanhas eleitorais, a comunicação política acontece em todos os momentos a partir das escolhas do governo, que tenta tomar ações a partir de relações de trocas com a população, visando o menor conflito possível para evitar as controvérsias – refletindo ainda mais o poder e a centralidade da mídia.

4.2.3 Comunicação social

Nesta acepção, é possível ver a presença de outros atores privados ou semipúblicos no processo comunicacional, visando interesses públicos ou privados e que podem ser divididos em: fraterno, de serviço, responsabilidade social e das instituições quase públicas.

Fraterno: o Estado comunicando a população sobre temas sociais. Aquele “se [propõe] a dar elementos de conhecimento e conscientização aos cidadãos em relação aos problemas de interesse coletivo, também na perspectiva de convencê-los a mudar seu comportamento” (FACCIOLI, 2000 apud HASWANI, 2010).

De serviço: o Estado informando sobre seu próprio funcionamento para a população. Conforme Arena (1999), é de responsabilidade estatal “informar os cidadãos sobre as diversas formas de funcionamento das repartições públicas, suas normas aplicadas, as prestações (de serviço) oferecidas” (apud HASWANI, 2010). Neste caso, é importante lembrar que a atenção dada ao cidadão na comunicação interpessoal é também parte da comunicação de serviço, atentando-se à postura, linguagem corporal e ambiente, pois “na comunicação de serviço é

importante não somente aquilo que uma administração faz, mas também como o faz, com qual tensão e atenção em relação aos cidadãos” (apud HASWANI, 2010).

Responsabilidade social: empresas privadas se comunicam com o público, “mesmo tendo como finalidade o lucro de uma parte, [contribuem] para determinar os temas e valores de interesse geral desempenhando uma função integrativa nas relações de toda a comunidade.” (HASWANI, 2010). Assim, as empresas – tendo em vista que, nos últimos anos temas antes deixados de lado, como público LGBTI, tornaram-se atrativos para o mercado – têm realizado campanhas pautadas pela comunicação de responsabilidade social. Com isso, além de lucrarem com valores tangíveis e intangíveis, como reputação, também conscientizam a população para aquelas causas.

Das instituições quase públicas: organizações semipúblicas – organizações sociais, sindicatos, organizações do Terceiro Setor – que se comunicam com o público, alterando a esfera democrática mesmo sem fazer parte essencialmente do Estado ou do Mercado. Em alguns casos, temos uma comunicação pública que atende aos interesses coletivos, buscando conscientizar as autoridades da administração pública e o mercado quanto a questões socioambientais. Em outros casos, usam uma comunicação pública “que intervêm sob argumentos de interesse geral, com caráter prevalentemente controverso. [...] sua tentativa é universalizar-se fazendo transformar interesses de toda a comunidade” (HASWANI, 2010).

A partir desse panorama, é possível compreender que a comunicação social relaciona-se com a comunicação pública por ter o interesse social como ponto principal, embora possa haver diferenças entre aqueles que estabelecem a comunicação pública, podendo ser o Estado, uma organização privada e/ou uma organização semipública.

4.2.4 Comunicação administrativa

Chamada por Arena (2004) de comunicação de cidadania, é uma vertente utilizada nos momentos de administração compartilhada. Segundo ele, essa comunicação serve para “regular relações jurídicas ou informar acerca de um fato da vida cotidiana, mas para resolver um problema de interesse geral” (apud HASWANI, 2010). Com isso, após os cidadãos serem informados, é necessário o esforço coletivo (Estado + cidadãos) para solucionar os problemas, que podem ser ambientais, sanitários, de segurança, entre outros.

A comunicação de cidadania aproxima-se da comunicação pública por aliar o interesse público com o próprio público na resolução dos problemas, entretanto partindo de uma ação do Estado para “convocar” o público.

4.2.5 Comunicação da esfera pública

Tem como base a democracia e a garantia de espaço democrático, onde Estado e associações públicas – em especial do Terceiro Setor – podem dialogar na busca por um denominador comum, conforme Faccioli (2002). Haswani (2010) complementa:

Nesse contexto, a comunicação pública é o cenário e o instrumento que permite aos diversos atores que intervêm na esfera pública relacionar-se, confrontar pontos de vista e valores para concorrer ao objetivo comum de realizar o interesse da coletividade. Esta comunicação é, então, constituída por um conjunto de processos que contribuem para valorizar a esfera pública, levando à interação seus diversos atores, ativando relações e trocas. Essa dimensão ocupa-se, finalmente, de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, implementando um processo de interação e de troca, prevendo a criação de espaços capazes de ouvir os cidadãos e solicitar sua participação nas escolhas que orientam as políticas públicas.

Com isso, a Comunicação da esfera pública difere-se do anterior por conta do momento em que se “convoca” a população a participar – especialmente representados pelas associações sociais em algumas oportunidades – garantindo, por meio do debate na esfera pública, a melhor decisão a ser tomada em termos participativos.

Em todos os exemplos levantados acima – vale destacar que um não exclui o outro e as visões de Brandão e Haswani são, em muitos momentos, semelhantes – temos uma ação do Estado na garantia de informação, mas seria importante destacar, também, as estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, sobretudo a comunicação comunitária.

4.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Conforme vimos anteriormente, surge da necessidade dos movimentos sociais em se manifestarem, apropriando-se das técnicas e estratégias de comunicação da mídia de massa, para propor uma comunicação voltada, principalmente, para seu próprio grupo. Segundo Peruzzo, esse tipo de comunicação cumpre dois papéis: um democrático, pelo aumento de

acesso à informação, e outro educacional, por trazer a própria comunidade para dentro do processo. Temos como principais características:

opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (PERUZZO, 2007).

É importante mencionar também a capacidade de adaptação das mídias comunitárias, não pela disputa com as grandes mídias – o que nunca foi objeto de desejo dessa forma comunicacional –, mas pela pluralidade de formatos e a capacidade de adaptação frente aos anseios de determinadas comunidades, adaptando linguagem ao público-alvo com técnicas e formas para a melhor compreensão, sobretudo amparada por canais digitais. Mas Peruzzo (2007) faz um alerta, por conta da possível banalização do tema:

Em última instância, não basta a um meio de comunicação ser local, falar das coisas do lugar e gozar de aceitação pública para configurar-se como comunitário. A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica na participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na co-responsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres de cidadania.

No que tange à população em situação de rua, temos alguns exemplos de realização de uma comunicação comunitária realizada pela sociedade civil organizada na cidade de São Paulo. Vale pontuar que com a massificação das redes sociais, em especial o Facebook, Twitter e Instagram, é possível encontrar uma série de perfis que realizam práticas de comunicação envolvendo o público em questão. Tomarei como exemplo o “SP Invisível”. Com início em 2014, divulgando as histórias de diversas pessoas em situação de rua nas redes sociais, o grupo de jovens que batizou o projeto ganhou seguidores e, com a notoriedade, começou a realizar ações voluntárias em datas específicas, como Natal e Campanha do

Agasalho, visando dar carinho e aproximar voluntários aos invisíveis. As postagens continuam sendo feitas, mas hoje o grupo se denomina “movimento de conscientização através de histórias e ações em São Paulo que quer humanizar os olhares de toda população para que a cidade seja mais humana.” (SP INVISÍVEL, 2020). Neste caso, todo conteúdo é feito pela população em situação de rua, tendo em vista que é feita a transcrição literal daquilo que o invisível queira falar, porém os outros momentos do processo são gerenciados por esse movimento voluntário, como a periodicidade das postagens.

Em outro formato, temos o canal no Youtube chamado “Grito Silencioso”, de responsabilidade do Movimento Estadual da População em Situação de Rua do Estado de São Paulo (MEPSRSP). Os vídeos têm como conteúdo as atividades realizadas pelo MEPSRSP: desde suas ações culturais – apresentações musicais, saraus e o projeto bicicletoteca, uma bicicleta que circula pelo centro de São Paulo permitindo a leitura a pessoas que não têm acesso – até programas de variedades – entrevistas sobre temas do cotidiano com pessoas do movimento ou pensamento/mensagens de conscientização do Presidente do MEPSRSP. Há também vídeos sobre o cotidiano da PopRua; denúncias de repressão policial em ações de zeladoria urbana equivocadas; gravações de audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de São Paulo com temática da população em situação de rua; opinião da população em situação de rua sobre a atuação dos governantes e das suas próprias condições; e retransmissões de reportagens da mídia de massa que envolvam a população em situação de rua. Neste caso, todo o processo é feito pela própria sociedade civil organizada, é voltado, principalmente, para sua própria comunidade, e o conteúdo é baseado naquilo que é de seu próprio interesse.

Em ainda outro formato, temos o jornal “O Trecheiro”, um projeto da Associação Rede Rua, presente desde 1991 com o intuito de “acompanhar e documentar a vida das pessoas que vivem em situações limites e suas organizações; divulgando e fazendo memória desses segmentos que vivem à margem da sociedade” (TRECHEIRO, 2020). Buscam também o “resgate da dignidade das pessoas que hoje estão em situação de rua. Desmistificando estigmas impostos pela sociedade, anunciando e fortalecendo a defesa de direitos dessa população.” (TRECHEIRO, 2020).

A Associação Rede Rua é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que teve como primeiro projeto o jornal que relatava denúncias de exclusão e violências sofridas pela população em situação de rua. Em 1998, após algumas mudanças, a Associação Rede Rua

assume este nome e passa a ter como atuação, além do jornal, produções audiovisuais com a temática da população em situação de rua e educação popular. Além disso, é responsável pela manutenção de um Restaurante Comunitário, conhecido como Penaforte, um Centro de Acolhimento Temporário para Adultos, a Pousada da Esperança e a Chapelaria Social, local onde a população em situação de rua pode deixar seus pertences e bagagens e utilizar como local para recebimento das correspondências.

Vale pontuar que a Rede Rua possui seus canais em redes sociais, mas estes não serão objeto de análise. Apenas é importante mencionar o canal no Youtube, chamado “RedeRuadeComunicacao”, que, assim como o “Grito Silencioso”, mostra acontecimentos do cotidiano da população em situação de rua e atividades da Associação Rede Rua.

Todavia, o que seria interessante destacar é o aspecto democrático do jornal “O Trecheiro”, pois canais digitais em muitos momentos não são acessíveis a esse grupo, ainda que o conteúdo produzido seja de interesse coletivo. O jornal é impresso em 7.000 (sete mil) unidades – com apoio da Editora Paulus – e “distribuído nas ruas, nos centros de atendimento a população em situação de rua, em órgãos governamentais, para pessoas interessadas, além disso disponibilizamos o acervo digital no site, a cada edição.” (TRECHEIRO, 2020). As matérias são escritas por pessoas em situação de rua, pessoas que já saíram da situação de rua e voluntários simpatizantes com a causa. Recentemente, as edições são bimestrais e, além da sessão editorial, conta com cerca de dez matérias. Neste caso, temos um bom exemplo de comunicação comunitária, por envolver a comunidade no processo, produzindo conteúdo que é de seu próprio interesse, sem controvérsias. As matérias tratam desde religião até uso consciente de drogas por meio de redução de danos, e são democráticas, pois possibilitam que a população em situação de rua seja informada, e não apenas aquela em situação de rua organizada.

5 PESQUISA SOBRE POPRUA

O vocábulo "pesquisa" é derivado do termo "perquirere" em latim e significa "procurar com perseverança". Assim, entende-se que a atividade de pesquisa é um processo sistemático que busca organizar as informações e dados já existentes, para fornecer sentido e utilidade a determinados fenômenos que se pretende analisar. Para tanto, torna-se extremamente importante escolher previamente a metodologia mais adequada para trabalhar de forma mais inteligente os dados, informações e acontecimentos envolvidos no processo e, por fim, chegar a uma conclusão mais precisa.

Com os elementos fornecidos pela pesquisa, será possível entender o contexto do objeto que se pretende estudar, bem como interpretar a relação existente entre as suas variáveis. Tendo essas informações em mãos, torna-se exequível um diagnóstico do problema, para, posteriormente, apresentar ideias e soluções.

A pesquisa é uma premissa básica da área de Relações Públicas, faz parte do planejamento estratégico e oferece elementos para tomada de ações específicas de comunicação. Margarida Kunsch entende que os objetivos da pesquisa em Relações Públicas são:

(...) conhecer a opinião dos públicos; construir diagnósticos da área ou setor de comunicação organizacional/institucional; conhecer em profundidade a organização, sua comunicação e seus públicos para elaboração de planos, projetos e programas especiais de comunicação; fazer análise ambiental interna e externa, verificando quais as implicações que possam afetar os relacionamentos. (2003, p. 278).

5.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Conforme abordado anteriormente, já vimos alguns exemplos de comunicação pública, desde comunicações propostas pelo Estado até comunicação comunitária. Tendo em vista que esta última foi objeto de uma análise mais aprofundada, nesta pesquisa, pretendemos entender como aquela é percebida pela população em situação de rua, pois ainda não foi apresentado nenhum estudo embasado sobre o tema. Além de ser uma forma de dar voz e espaço para esse público, motivo que vem sendo o norteador deste trabalho.

5.2 PÚBLICO

O público dessa pesquisa será a população em situação de rua na cidade de São Paulo.

5.3 OBJETIVO GERAL

Verificar como é percebida a comunicação proposta pelo Estado tendo como receptores a população em situação de rua.

5.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender uma realidade de vulnerabilidade;
- Identificar o estilo de vida;
- Entender o nível de compreensão do público sobre a comunicação;
- Entender como a comunicação do Estado se faz presente;
- Compreender o grau de organização da população em situação de rua.

5.5 PRESSUPOSTOS

- O Estado não é percebido como um agente de comunicação;
- As formas e formatos optados pelo Estado não são suficientes para a compreensão da comunicação pelo público;
- Há uma ciência do que é comunicação e do que é se comunicar;
- A burocracia estatal é uma força que age contra a população em situação de rua;
- As formas de mobilização em organizações definem o agir do indivíduo.

5.6 METODOLOGIA

Tipo e Natureza da Pesquisa: pesquisa em profundidade com a população em situação de rua organizada e/ou com histórico de rua, porque os dados qualitativos podem nos

dar mais informações sobre os pontos-chave da pesquisa, além de facilitar a expressão do entrevistados.

Universo: composto pelas 24.344 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro) pessoas em situação de rua na capital paulista, segundo o Censo Poprua.

Técnica de Amostragem: será utilizado a amostragem não-probabilística por conveniência, visando poder selecionar aqueles que possuem celular ou telefone, pois devido às questões de saúde e ao estado de quarentena, causado pelo COVID-19, não será possível realizar entrevistas pessoais.

Tamanho da Amostra: dentro do universo existente, serão selecionadas 8 pessoas para serem entrevistadas.

Instrumento de Coleta: Será utilizado um roteiro flexível aplicado pessoalmente, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

5.7 ROTEIRO

Será dividido em três eixos, tendo cada um duas perguntas: estilo de vida (perguntas 1 e 2); informação e comunicação (perguntas 3 e 4) ; e comunicação pelo Estado (perguntas 5 e 6). Além de quatro perguntas de dados pessoais classificatórios.

1. Como é seu dia a dia?;
2. Faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?
3. Como você se informa normalmente?
4. O que você entende por comunicação?
5. Como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?
6. Se você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?
7. Você se encontra em situação de rua? Por quanto tempo você está ou esteve nessa situação?
8. Qual seu sexo: masculino ou feminino?
9. Qual sua idade?

10. Qual seu grau de escolaridade?

5.8 ENTREVISTAS

As entrevistas se encontram no Apêndice A.

5.9 ANÁLISE DA PESQUISA

Antes de analisarmos as respostas subjetivas, convém analisar o perfil dos oito entrevistados. A maioria de homens perante mulheres em situação de rua foi representada nesta pesquisa, porém não de forma tão expressiva quanto na realidade, pois foram 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento) de homens e 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) de mulheres. Com relação à idade, seguindo as faixas definidas no Censo PopRua, a maioria também é de pessoas entre 31 a 49 anos (de trinta e um a quarenta e nove anos) com 42,9% (quarenta e dois vírgula nove por cento), porém a sequência se difere da pesquisa censitária, porque são 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) entre 50 a 59 anos (cinquenta a cinquenta e nove anos) e 14,3% (catorze vírgula três por cento) para 18 a 30 anos (dezoito a trinta anos) e a mesma porcentagem para 60 a 69 anos (sessenta a sessenta e nove anos). As semelhanças com o Censo continuam no grau de escolaridade, pois os maiores valores estão em Ensino Fundamental Incompleto, seguido de Ensino Médio Completo com 42,9% (quarenta e dois vírgula nove por cento) e 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento), respectivamente. Completam a lista com 14,3% (catorze vírgula três por cento) Ensino Superior Completo e Ensino Superior Incompleto. Nessa questão, vale pontuar que uma das entrevistadas está estudando para concluir o Ensino Fundamental, terminar o Ensino Médio e cursar Direito.

Todos os entrevistados se configuram com trajetória de rua, ou seja, viveram por um tempo em situação de rua e hoje não dormem mais em calçadas, mas as marcas permanecem. Mesmo não dormindo nas ruas, dois dos entrevistados não possuem segurança quanto ao local que vivem por ser uma ocupação, o que pode ser alvo de despejo a qualquer momento, ou em um Centro Temporário de Acolhida (CTA), por ser um equipamento da Prefeitura de curta permanência para que outros possam ser acolhidos e passem pelos programas de capacitação

existentes. Daqueles que se abriram, por livre e espontânea vontade, duas pessoas foram parar na situação de rua por dependência química e uma por ser vítima de violência doméstica.

Por estarmos vivendo um período de pandemia do COVID-19, as questões relacionadas ao vírus apareceram de forma constante nas respostas dos entrevistados, como era de se esperar. Ainda mais se tratando de uma população extremamente vulnerável e que não consegue manter o isolamento social pela falta de moradia e pela falta de itens e estruturas próprias para higienização correta. Questões essas que demandam ações e atenção da sociedade e do governo na cidade de São Paulo.

Metade dos entrevistados se encontram organizados em movimentos que lutam pelos direitos da população em situação de rua, sendo divididos entre Movimento Estadual da População em Situação de Rua do Estado de São Paulo (MEPSRSP) e Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Um dos entrevistados fez parte do MNPR, mas decidiu sair, pois estava buscando estudar para sair da situação de rua. Os Movimentos atuam de forma semelhante – apesar das diferenças de abrangência – na esfera de busca por direitos para a população em situação de rua. Além de servir de espaço para promover alimentações, são canais em que se pode acessar os órgãos jurídicos de defesa, como Defensoria Pública e Ministério Público, ambos nos âmbitos municipais, estaduais e federais. Eles fazem, também, cobranças aos serviços de segurança pública e disponibilizam espaços e/ou encaminham pessoas para cursos de qualificação educa e profissional, com destaque ao CISARTE (Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação), por parte do Movimento Nacional da População de Rua.

Políticas públicas foi resposta quase unânime sobre como se dá essa luta pelos direitos da população em situação de rua. Não obstante, com exceção de um dos entrevistados, todos participam das reuniões do Comitê PopRua, como eleitos – titulares ou suplentes – ou como ouvintes, o que corrobora o pressuposto de que a organização coletiva define as formas de agir do indivíduo. O comitê, através de suas reuniões ou pelo grupos em redes de mensagem instantânea – como o Whatsapp – serve também como local para que os entrevistados se informem do que está acontecendo com a população em situação de rua. O celular e as mídias sociais também possuem importância como ferramentas que informam os entrevistados, com destaque para a preocupação com as notícias falsas e sua disseminação – assunto que está em alta no país nos últimos tempos. Foram mencionados, também, outros conselhos participativos, reuniões e os meios de comunicação tradicionais – jornais, rádio e

televisão –. Para a população em situação de rua, até pela falta de ferramentas disponíveis, funciona muito a comunicação pessoal – “boca a boca”. Por isso, para que a luta dos entrevistados seja concreta, eles estão presentes nos territórios para escutar as demandas e repassar informações para a população em situação de rua.

Essa troca de informações e conhecimentos existente nos territórios foi a resposta mais comum entre os entrevistados quando perguntados sobre seu entendimento do conceito de comunicação. As formas de se expressar foram variadas, desde conexão entre os pares até uma forma de auxiliar na tomada de decisão, mas a ideia principal foi essa nas respostas de muitos deles. Assim, pode-se induzir que, em alguns casos, a pergunta anterior possa ter sido um norte, pois foram mencionados meios de comunicação e preocupações com notícias falsas. Considerando todos os fatores mencionados, torna-se legítimo o pressuposto de que os entrevistados estão cientes do que é comunicação e as formas de comunicar. Nesta pergunta, já é possível ver o que virá a ser confirmada na próxima, quando são mencionadas as condições precárias do albergues e a violência policial. Inclusive, uma das entrevistadas sugere a comunicação como forma de combater a violência.

Conforme mencionado acima, a população em situação de rua não concorda com a comunicação proposta pelo Estado e os motivos são vários. Além da precarização dos serviços de acolhimento e a violência das forças de segurança pública já citados, temos: falta de comunicação do governo com o Comitê PopRua sobre assuntos de interesse; repasse de informações incompletas à população; em alguns casos, o governo só responde quando é necessário partir para um processo no judiciário; e linguagem pouco acessível. Em poucos casos, o governo não é reconhecido como comunicador, o que refuta o pressuposto de que o Estado não é percebido como um agente de comunicação, pois ele é, embora seja percebido de uma forma ruim.

As formas para solucionar a má comunicação do Estado com a população são variadas, sendo elas: repúblicas comunitárias, onde seriam concentrados apoio psicológico, documentação, educação e qualificação profissional; melhorias nos serviços da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – albergues, CTA, Centro Pop, Serviço Especializado de Abordagem Social – com melhor gestão dos profissionais e mais informação para a população em situação de rua; promover mais espaços de diálogo como palestras, audiências públicas, seminários; garantir o acesso a moradias dignas; utilizar-se do Censo PopRua para construir políticas públicas; e utilizar-se de material gráfico com cores que se destacam aos

serem visualizadas. Nesta questão, as respostas foram variadas, como dito anteriormente, mas o ponto que se repetiu em algumas respostas foi a importância do Comitê PopRua e outros conselhos participativos que contam com a presença da população em situação de rua. Além da necessidade de fortalecer esses espaços democráticos, confirmando, assim, que as formas e formatos optados pelo Estado não são suficientes para a compreensão do público.

Embora não tenha havido uma pergunta específica sobre a burocracia, ao longo das respostas é possível perceber que o pressuposto sobre a burocracia estatal ser uma força que age contra a população em situação de rua é verdadeiro, o que se mostra um problema, tendo em vista que se trata de um público imediatista, cujas vidas estão em risco devido à falta de moradia, alimentação e/ou condições básica de higiene. Por parte do governo, essas soluções não são feitas do dia para a noite.

6 CONCLUSÃO

A população em situação de rua sofre com inúmeras barreiras diárias: falta de moradia, falta de condições de higiene, falta de acesso à alimentação decente, o desamparo nas épocas de frio e de chuva, etc. Entre outros fatores que levam uma pessoa a dormir na rua, em alguns casos também existem doenças psicológicas, dependência química, problemas familiares e violência doméstica. Contudo, existem questões que, diferentemente das apresentadas acima, não são tão escancaradas. Questões cujo principal fator é o preconceito, é não enxergar o outro como ser humano, é essa perda de um olhar humanizado da sociedade, uma que transforma e normaliza a pessoa em situação de rua em paisagem da cidade, ou seja, não mais um indivíduo, um invisibilizado. O mesmo parece acontecer com a academia, na qual poucos estudos tratam da questão da população em situação de rua, comparando-se com outros grupos de vulnerabilidade. Sobretudo, nos estudos de comunicação.

A comunicação pública pode ser um bom ponto de partida para se estudar como comunicação e população em situação de rua se relacionam. A partir deste trabalho de conclusão de curso, foi possível perceber que a comunicação pública não é um conceito pré-determinado e, embora tenham visões parecidas em certos pontos, autores propõem formas diferentes de se estudar o fenômeno. Com isso, temos a possibilidade de analisar a população em situação de rua sob o viés de: comunicação da esfera pública com formação do Comitê PopRua, garantindo espaço democrático para resolução das questões entre Estado e população em situação de rua; comunicação administrativa quando, durante o período de inverno, o governo traça a política pública para baixas temperaturas – sobretudo, para garantir maior amparo à população em situação de rua, que, dependendo das temperaturas, pode vir a óbito – e lança uma campanha pedindo a participação da sociedade para identificar e avisar o governo sobre os locais onde é possível encontrar os vulneráveis; comunicação social de serviço, na qual o Estado informa sobre o funcionamento de um Centro de Acolhida Temporário; comunicação da instituição pública a partir da divulgação de alguma norma, decreto ou lei que versam sobre a população em situação de rua, como o Decreto Nacional Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.

Comunicação política a partir do momento em que a população em situação de rua também vota e ajuda a eleger os governantes. Para exemplificar a força que esse público tem em uma eleição, na eleição para vereador de São Paulo em 2016, segundo o G1.com, 5

vereadores foram eleitos com menos de vinte mil votos – sendo que, segundo os números do Censo PopRua, existem 24.344 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro) pessoas vivendo em situação de rua; comunicação científica onde o governo, após instalar pias e banheiros comunitários, informa a população em situação de rua sobre a necessidade de lavar as mãos e de se higienizar no combate a doenças, em especial, o COVID-19; e comunicação do Estado e/ou governamental a partir do momento que o Estado comunica e se deixa ser informado pelos canais de ouvidoria, seja pelo Portal 156 seja pela Ouvidoria de Direitos Humanos.

Como era de se esperar, por tratarmos de comunicação pública, o Estado e a sociedade civil organizada são os grandes atores e isso só é possível acontecer porque existe um espaço democrático de constante parceria entre os dois atores mencionados, somados ao Mercado. Embora, historicamente, sejamos levados a acreditar que Estado é o principal ator nesse jogo democrático, os três são iguais em importância. Conforme mencionado ao longo deste estudo, os espaços democráticos onde acontece esse jogo são os Conselhos Participativos, dentre os quais, se destaca o Comitê PopRua, conselho voltado para a população em situação de rua com participação da mesma e de representantes do Estado que, juntos, acompanham, monitoram, recebem e encaminham denúncias, elaboram diretrizes e realizam o controle social pensando em políticas públicas.

É possível reconhecer a importância do Comitê PopRua para a população em situação de rua a partir das respostas das entrevistas. Em quase todas, o comitê é citado como espaço para reivindicar direitos, informar-se e ser informado sobre tudo aquilo que envolve a PopRua. Mas também existem críticas a ele, que vão desde o modo com que o Estado interfere no seu andamento até a burocracia que impede uma resolução rápida dos conflitos. Sempre há espaços para melhorias – nunca retroceder em casos como esse – e a população em situação de rua precisa dessas melhorias para conseguir dialogar com o Estado – que, muitas vezes, omite-se ou dialoga com esse público através da violência das forças de segurança pública – e/ou com a sociedade, que, muitas vezes, invisibiliza-os, não reconhecendo o ser humano que dorme nas calçadas, porque, numa sociedade de consumo como a nossa, aqueles que não tem poder de compra, não são vistos.

Lutar contra a invisibilidade da população em situação de rua é um dos fatores motivantes deste trabalho de conclusão de curso e, sobretudo, da pesquisa qualitativa, que é uma tentativa de dar espaço de foco e, principalmente, potencializar a voz da PopRua para

que se expressem em locais antes negados à ela, sobre o que pensam a respeito de determinados assuntos ligados à comunicação pública e à sua vivência e trajetória de rua. Porque, segundo o Censo PopRua de 2019, estamos tratando de quase 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas e essa quantidade de pessoas não deve ser ignorada ou menosprezada, e deve ter seus direitos garantidos – tendo, na comunicação pública, uma opção para que tenham.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. **Por uma visão positiva da sociedade civil**: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. Cayapa, [s. l.], dezembro de 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240702.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, [s. l.], setembro de 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasil: Brasília, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 02 de abril de 2020.

CELEGUIM, Cristiane; ROESLER, Heloísa. **A Invisibilidade Social no ambiente de trabalho**. Revista Interação, [s. l.], 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57838798/2_A-Invisibilidade-Social-no-ambiente-de-trabalho.pdf?1542991180=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_inViSiBiLidAdE_SOCiAL_nO_AMBitO_dO_tRA.pdf&Expires=1591223977&Signature=AsBDNzY4~g6AomZH79XAJ75vA0nE5F28dxXmCRyRudasFlCI4HDwUmwpuhZLQZQrpMStsYJzjS8fkP7bRJyDSa8phEfbyE4DPmV5F54WqBcnbGoPefU8LJaoL0g9aufWUIUOHxmsPlipI4htciQLMrTZh6IoZJ7dRGigGFXCxcgaOiutFX6eLMntFgxpWkLpKcvHH9rieDvIvwfgPX EJ-PpDOzea2SNeY~Dmiy3m-hUJKy9Ni95QdckTNGvCXugWxPWIIWNf7uuEghMcmo~fJtmPvg5m76zCmaSh-Lr69wKj85NbUyPfzm8fsIISakEYKCrXBZcxQBtzp-Uc-2R3pQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 28 de abril de 2020.

CENSO POPRUA: Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua. [S. l.]. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYzM4MDJmNTAtNzh1Mi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5M GUwNyJ9>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

CENSO POPRUA: Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua. [S. l.]. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

GRITO Silencioso. [S. l.], 27 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCyC9Fd9bUdtZRHu4gTzIlmQ/videos>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

HASWANI, Mariângela. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, [S. l.], 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-31082012-122619/publico/2010_MariangelaFurlanHaswani.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2020.

LOCATELLI, Piero. Loolapalooza: Moradores de rua denunciam terem sido contratados irregularmente para erguer palcos. **The Intercept Brasil**, [S. l.], 29 de março de 2018.

Disponível em:

<https://theintercept.com/2018/03/29/moradores-em-situacao-de-rua-contam-que-foram-contratados-de-forma-irregular-para-erguer-palcos-do-lollapalooza/>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

MATOS, Heloiza. **Comunicação Política e Comunicação Pública**. Organicom, [s. l.], 1º semestre de 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/organicom/article/view/138911/134259>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.** São Paulo: [s. n.], 2012.

O TRECHEIRO. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://trecheiro.rederua.org.br/edicoes/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

PAULUZE, Thaiza. Recenseadores contestam números do censo de moradores de rua divulgado pela gestão Covas. **Folha de São Paulo**, [S. l.], 31 de janeiro de 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/recenseadores-contestam-numeros-do-censo-de-moradores-de-rua-divulgado-pela-gestao-covas.shtml>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

PERUZZO, Cicilia. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Lumina, [s. l.], junho de 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989/11364>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

PREFEITURA de São Paulo: Portal de Atendimento 156. [S. l.]. Disponível em: <https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/servicos/informacao?servico=783>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

REDE Rua. [S. l.], Quem somos. Disponível em: <https://rederuaspp.wordpress.com/historia-3/>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

RIBAS, Luciana. **O combate à invisibilidade da população em situação de rua: orientação jurídica e empoderamento da pessoa.** Aracê, [s. l.], setembro de 2015. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/59/44>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SÃO PAULO. Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua. São Paulo: São Paulo, [2013].

Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2013/5379/53795/decreto-n-53795-2013-institui-o-comite-intersectorial-da-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-comite-poprua>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, e dá outras providências. São Paulo: São Paulo, [2019].

Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2019/1725/17252/lei-ordinaria-n-17252-2019-consolida-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-institui-o-comite-intersectorial-da-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SMDHC: Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua. [S. l.]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/. Acesso em: 02 abr. 2020.

SMDHC: Ouvidoria de Direitos Humanos. [S. l.]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/ouvidoria/index.php?p=274719. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SMDHC Notícias. **Eleição para o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua teve participação acima da expectativa.** [S. l.], 08 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/index.php?p=292942. Acesso em: 12 de abril de 2020.

SILVA, Heloísa; FERREIRA, Luciana; BARROS, Maria Lúcia. **Estado/Sociedade e o Controle Social.** Divers@, [s. l.], julho de 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/viewFile/34037/21198>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

VEJA os 55 vereadores eleitos em SP. **G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/veja-os-55-vereadores-eleitos-e-m-sp.html>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

8 APÊNDICE A

Transcrição das entrevistas

Anderson:

Entrevistador: Para aquecer, eu queria saber como é seu dia a dia?

Entrevistado: Bom, me chamo Anderson Campos Dutra *Prusette* [o último sobrenome não ficou muito claro no áudio], tenho 31 (trinta e um) anos, convivi quatro anos e dois meses em situação de rua. Pra aquecer o dia a dia, faço a parte ali das minhas orações, procuro ajudar o possível, em cima do que eu posso, os meus irmãos que se encontram em situação de rua. Agora, com a quarentena, fica um pouco mais difícil, mas a gente vive da forma que dá para viver.

Entrevistador: Você faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?

Entrevistado: Sim, faço parte sim, de um movimento. Sou Vice-Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, onde ela é localizada ao lado da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, nós trabalhamos ali pela luta dos direitos, através de políticas públicas, tentando apoiar, tentando ajudar e procurando amenizar e diminuir as violações de direitos que são constantes e acabam sendo diariamente. Procuramos também amenizar um pouco do sofrimento com eventos que são realizados anualmente, realizamos de nove a doze eventos anuais, todos eles voltados a população em situação de rua. Nesses dez anos que o Movimento Estadual tem, já conseguimos tirar 180 (cento e oitenta) famílias, esse ano, 181, porque eu me coloco também nesses dados, sou mais uma pessoa que também constituiu uma família e saí da situação de rua, graças ao Seu Robson, que é o meu Presidente no Movimento Estadual, sou muito grato a isso. E, pela minha vivência na rua, eu procuro chegar e tentar amenizar, através das políticas públicas, através dos direitos dessa população, e procuramos também empoderar aquelas pessoas que se encontram nas ruas para que tenham seus conhecimentos dos direitos e que possam lutar e caminhar por si só.

Entrevistador: Que bacana! Eu assisti seus vídeos no canal do youtube. Muito interessante o papel que o movimento desenvolve com esse canal. E como você se informa normalmente?

Entrevistado: A parte das informações por alguns contatos que a gente tem, até mesmo por estar indo nas ruas conversar com os irmãos das ruas, a gente pega e fica sabendo de bastante coisas de falecimentos, fica sabendo de como que se encontra uns albergues, eu mesmo acabo visitando alguns para ver como que andam, se precisa de alguma melhoria, o que é que a gente pode tentar fazer para melhorar, vê quais que estão sendo os direitos que estão sendo violados, que a gente sabe. Eu, por ter passado pela rua, sei também que são vários, a gente procura meios e métodos cabíveis, através da política pública e judicialmente, para tentar amenizar, a gente leva todas essas demandas ao Comitê PopRua, da qual até o ano passado eu era conselheiro e este ano, infelizmente, não consegui ser reeleito, mas continuo na luta, continuo na briga para amenizar esse sofrimento e buscar melhorias das melhores formas. A gente sabe que não é do dia pra noite e as pessoas que se encontram nas calçadas, elas querem de ontem pra hoje, ela quer no agora, mas infelizmente não conseguimos estar resolvendo todas as questões agora, porque a gente sabe que tem toda aquela burocracia da parte da política e a política vai quando quer.

Entrevistador: Sim, sei bem. O que você entende por comunicação?

Entrevistado: Bom, o meu entendimento por comunicação, ao meu ver, todas as comunicações, os meios de comunicação nem todo mundo tem acesso, a parte da comunicação seria acesso a informação. Como que eu posso me manter informado indo através de diálogos, indo através das pessoas para saber o que é que se passa, como se passa e de que forma mais viável eu conseguiria levar essa informação dela para os meios de comunicação. Os meios de comunicação para a população em situação de rua seria o Comitê [PopRua], nós criamos o canal do Youtube para levar essa comunicação para os Prefeito, Governadores e Vereadores para ver se eles colocam um olhar humanitário e humanizado e tentem melhorar a vida da população em situação de rua. A parte da comunicação a gente tem que levar informação que a gente adapta e leva ao meio de comunicação viável, meio de comunicação viável para a PopRua é o Comitê [PopRua], onde ela consegue se manter informada da situação nas reuniões e levar alguma melhoria e algum entendimento que ela teve por informação através da comunicação dela para os demais irmãos. A falta de comunicação que a gente acaba encontrando, e é um dos defeitos que a gente vê e que a gente

procura melhorar, é via a parte dos albergues, porque nem as comunicações que devem ser levadas chegam até ele. A parte dos eventos tanto da Secretaria de Direitos Humanos até mesmo da SMADS, que é a Secretaria responsável por Assistência e Desenvolvimento Social, da qual dificulta esse meio de comunicação e a interlocução, a gente acaba servindo de ponte para levar a comunicação e a informação da rua para a Secretaria e devolver a resposta da Secretaria pra rua, fazemos esse meio de comunicação e desenvolvemos também o site que é o www.alberguedigital.com.br para ser esse meio, essa ponte de comunicação da rua para as Secretarias e para o mundo, e o mundo responder de forma evolutiva e produtiva a comunicação em questão de informação para a própria PopRua. O difícil da PopRua conseguir acessar é que nem todos eles têm direito ao acesso à internet, o que dificulta a comunicação e a informação via internet para eles.

Entrevistador. Gostei. Interessante sua visão, vou dar uma olhada no site sim.

Entrevistado: Obrigado! Se possível, deixe seu comentário, ele foi todo criado e elaborado por mim.

Entrevistador: Você já falou um pouco, mas como você acha que o Governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: Bom, como que o governo se comunica com a população em situação de rua, isso infelizmente não acontece. A parte da comunicação com a população em situação de rua que o governo chega e disponibiliza, sendo a parte dos albergues, nos quais 95% que são voltados às Secretarias de Desenvolvimento, eu nem sei se pode dizer Assistência e Desenvolvimento Social, são insalubres, não tendo o espaço adequado para que eles possam estar dormindo, a parte da sua higienização também é precária, porque dá um sabonete dividido em oito para cada convivente. A parte da sua acessibilidade em comunicação com psicólogo, com seu assistente social encarregado também acaba sendo dificultoso pelo simples fato de ter trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas no mesmo local, dividido por uma equipe de trabalho de, no máximo, oito pessoas não consegue estar adaptando e adequando dignamente a parte do trabalho vindo a comunicação. De que formas isso acontece, era para acontecer mensalmente tanto a equipe técnica de trabalho quanto os conviventes pra fazer essa melhoria, e levar para a parte do governo em si o que se passa, quais são as dificuldades, quais são as melhorias, o que poderia ser feito para mudar essa cara/esse aspecto e dar para a população em situação de rua uma situação salubre e digna,

onde também, se as pessoas não se comunicarem, não correrem atrás de um trabalho, não correr atrás da documentação, tirando que não somente o governo em si, como algumas empresas, a pessoa pode ter o perfil necessário ou que qualquer empresa necessite, mas pelo simples fato de falar que é albergado e pelo fato de levar o seu comprovante de residência ali e o mesmo ver que é de albergue, já não dá esse emprego, já não dá essa oportunidade, dificultando para que as pessoas em situação de rua voltem a sociedade em si, não que não seja cidadã de direitos, mas a parte da mídia e da globalização fez com que essa acessibilidade e essa comunicação governo-população de rua e população de rua-governo se perdesse, onde as mídias chegam e falam “pessoa em situação de rua albergada é ladrão, é bêbado, é drogado, é viciado, não presta, é vagabundo. 40% (quarenta por cento) se encontram nesses albergues são de pessoas que acabaram de sair do sistema penitenciário, são egressos do sistema”, isso dificulta o convívio e a comunicação governo com a população em situação de rua. Isto deveria acontecer, esse acesso, mas na parte do governo, quando você quer chegar e conversar e fala que é situação em situação de rua, o próprio governo já vira as costas pra você. Não temos essa acessibilidade, não temos essa comunicação. Se não é por pessoas que já passaram pelo mesmo lado, pelo mesmo barco, por já ter vivido aquela situação pra mostrar para o governo que é possível sim, que de uma forma ou de outra, conseguiu dar a volta por cima, conseguiu vencer para ser o canal e o meio de comunicação e interlocução, essas pessoas não têm acesso, o único lugar que elas têm acesso falando, governamentalmente, é a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, através do Comitê, é o único meio de comunicação via governo, se não fosse esse meio de comunicação não teria comunicação nenhuma, porque as que deveriam ser feitas e devolvidas para a Secretaria e as Secretarias devolverem para a população em situação de rua via albergue, via centro de convivência, via núcleos de convivência, não teria tanta pessoa em situação de rua assim e se esses espaços que são voltados e desenvolvidos para eles tivessem um pouco mais de salubridade e dignidade, porque você pega uma coberta hoje, que você chega e você deita e dorme, aí vem uma pessoa que é pernoite e só passa a noite ali e vai embora no outro dia e passou uma semana na rua, infelizmente, sem tomar banho, sem se alimentar, que está com um odor um pouco mais aguçado que os demais, aí amanhã você tem que pegar essa coberta e você que já está ali vinte e quatro horas, porque já conseguiu sua vaga fixa ter que utilizar essa coberta sem ter uma higienização, não fazem a higienização dos espaços, só faz a higienização e mostra o quão lindo e o quão bonito é quando vai algum Vereador ou quando vai alguém da Secretaria,

quando vai alguém de importância e de renome, se não for isso, a realidade é completamente o oposto.

Entrevistador: Esse preconceito deve ser algo que cria uma barreira muito grande, não dá nem pra imaginar.

Entrevistado: De fato, esse preconceito é a maior barreira que temos e procuramos algo para eliminar essa barreira, mas ainda não encontramos recursos possíveis para isso.

Entrevistador: Vamos imaginar que você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: O meio de comunicação viável para a população em situação de rua seria não através de albergues, mas já poderia se dizer, através de repúblicas comunitárias, que dessem o acesso à regularização da documentação, cursos profissionalizantes e oportunidades ao mercado de trabalho. Muitos deles já tem conhecimento na pintura, conhecimento em outras áreas, são profissionais dedicados e que precisam apenas de uma oportunidade. Outros sim, necessitam de um trabalho um pouco mais psicológico que deveriam estar dando atenção, mas deveríamos de pensar numa república comunitária ou até mesmo a república comunitária em um albergue, só que o albergue deveria ser de forma com todas as Secretarias, de forma conjunta. Pegar a Secretaria da Saúde, Educação, Trabalho, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e daí começar a empoderar, determinar e verificar as dificuldades e necessidades de cada um para que pudesse estar trabalhando a questão do mesmo. E sempre estar determinando e comunicando eles de todas as reuniões, de todas as palestras, de cursos, tudo que seria viável para que ele pudesse estar sendo visto e reinserido na sociedade em si, como um cidadão de direito, e não como um cidadão invisível, porque a sociedade vê a população em situação de rua e pensa que é um saco de lixo, é um lixo humano. Deveríamos também humanizar, através do governo, fazer cartilhas, fazer palestras para todas as comunidades, para as pessoas ali ao entorno de cada comunidade, de cada região, chamando os moradores e fazer uma palavra, uma palestra com pessoas em situação de rua que já venceram, que saíram dessa situação e têm sua família constituída, para mostrar a visão diferente, dar uma visibilidade para a população e até mesmo para os empresários de que nem todos que estão nessa situação são o que eles pensam que são, tirar aquela casta e aquele óculos escuros de que todos são iguais, todos somos iguais como cidadãos e seres humanos, se pensarmos em humanização, essa situação acaba.

Entrevistador: Boas propostas, Anderson. Muito interessante a ideia da república comunitária.

Você já falou um pouco, mas hoje você não se encontra mais em situação de rua, né?

Entrevistado: Exatamente. Hoje, eu não me encontro mais em situação de rua, tenho minha família, minha esposa, meu enteado, meu cunhado. Moramos aqui no Grajaú, no extremo sul de São Paulo. Estou nessa situação, já que consegui sair pela misericórdia de Deus, mas antes de vir pra cá, eu estava no Seu Robson. Há mais de um ano que eu não estou mais em situação de rua, chego ali e faço o que dá para fazer, que nem eu mencionei no início, depois de ter passado quatro anos e dois meses, não é fácil para ninguém e estou lutando para que eu não volte para essa situação, só que se depender de mim, do esforço e do conhecimento que eu já adquiri sobre a questão dos nossos direitos e ao empoderamento, a gente só volta pra rua se a gente for muito burro, se a gente quiser, porque depois que você cair para você sair de novo, não vai ser fácil, ainda mais com as limitações que o próprio governo tem nos mostrado, tem nos dado, a pessoa só volta para a situação de rua, se ela for uma pessoa de mente fraca e de mente vazia.

Entrevistador: Tomara que você não volte mesmo.

Entrevistado: Luto diariamente para não voltar, já me tornei espelho para muitos companheiros meus de rua, ainda mais pelo que eu já sofri e passei em minha vida.

Entrevistador: Para finalizar: qual sua idade, seu sexo e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Bom, tenho 31 anos de idade, completo 32 em outubro; masculino heterossexual e; tenho segundo grau completo.

Heloísa:

Entrevistador: Eu queria saber como era o seu dia a dia antes dessa quarentena?

Entrevistado: Bem, o meu dia era acordar cedo e ter o destino que era o meu serviço, né. Eu sou doméstica. Então, eu saía daqui cedo, saía por volta das oito [da manhã] e voltava pra casa às cinco e meia da tarde. Agora, tá um tédio, né? Trancada em casa.

Entrevistador: Não está fácil ficar em casa esse tempo todo, mas é importante.

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Você faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?

Entrevistado: Bem, eu faço parte do Comitê PopRua. A gente está trabalhando com direitos humanos, estamos na luta por políticas públicas para as pessoas que vivem em situação de rua, assim como eu também tenho trajetória e, hoje, eu faço parte do Comitê PopRua.

Entrevistador: Muito legal! E como você se informa normalmente?

Entrevistado: Bom, eu costumo me informar pela rua mesmo, meus companheiros da rua, pelas companheiras que estão na rua, elas me ligam ou então eu passo sempre que vou para o serviço, eu passo numa maloca, eu passo nas praças. Às vezes, eu vou ajudar na hora que a zeladoria chega e está tirando barraca e então eu paro para ajudar e às vezes eu chego atrasada no serviço e eu me informo assim. No dia a dia, eu sempre gosto de passar para ver como estão, se tem alguma confusão na praça, passo na Praça da Sé, na Praça do Patriarca, sempre por onde é meu caminho, eu estou passando e tem muitos pedidos de socorro e o nosso trabalho do Comitê PopRua é um trabalho de formiguinha, né? Sempre estamos espalhados pegando notícias, socorrendo alguém e a gente leva esses pedidos de socorro para o grupo do Comitê, que é um grupo de *whatsapp*, onde a gente coloca o que está acontecendo e a coordenação do Comitê PopRua elas vão e já encaminham para as Secretarias e daí dá, a esse pedido de socorro, o destino, de cada pedido que a gente colocou para os companheiros que estão precisando, necessitando de ajuda, porque às vezes é SAMU, às vezes é coberta, tem de tudo um pouco, abrigo. E a gente faz esse trabalho de formiguinha e passa para a coordenação resolver com as Secretarias qual o destino que vai ser dado.

Entrevistador: Entendi, o contato com a rua permanece. E o que você entende por comunicação?

Entrevistado: Olha, eu acho que o meu contato com a rua vai ficar para a vida inteira. É assim, quando você tem convivência de rua, quando você vive na rua, você não sai, nunca mais sai dela, porque tudo que acontece com as pessoas que estão, você se envolve, você não esquece daqueles que ficaram e eu costumo me envolver toda hora, todo dia que eu passo, se tem algum problema, se tiver alguém agredindo um morador de rua, até mesmo entre eles mesmos, eles ficam brigando, eu me meto sim no meio, eu me importo com qualquer coisa que desrespeite a população em situação de rua. E sobre a comunicação, eu sempre achei que a comunicação é a melhor resposta para tudo. Eu nunca gostei da ação da GCM [Guarda Civil Metropolitana] quando ela chega, ela não pergunta, ela não avisa, ela já chega dando ordens, como se quem está ali deitado ou sentado não tiver direito de resposta. Eles acham que a rua não merece ser comunicada, perguntar as coisas, do mesmo jeito que tem muitos que não falam com o pessoal da rua, porque acham que eles não vão responder ou vão ser ignorantes. Nos abrigos também eu sempre falo isso, eu sempre cobro nos abrigos, porque quando o morador de rua chega no abrigo à tarde a comunicação dos funcionários é péssima, eles acham que porque é um morador de rua que está chegando, ele não tem direito de um boa tarde ou boa noite. Eles não dão porque acham que não sabem, não vai nem responder ou vai responder com ignorância, mas não é assim. Eu acho que a comunicação na rua é tudo, em todo lugar, a comunicação para mim é tudo, para se resolver qualquer tipo de problema.

Entrevistador: É muito bacana ouvir seu relato. Você já falou um pouco, mas como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: A comunicação do governo/Prefeitura para a população em situação de rua deixa muito a desejar, é difícil. Às vezes, a gente que está na ponta do Comitê, até a gente, às vezes as coisas acontecem e, quando a gente vai ver, já está publicado e a gente não ficou sabendo. Então, é muito difícil essa comunicação entre governo e a população em situação de rua. A gente tem que estar no pé e cobrando alguma coisa para poder ser avisado, mas é difícil, essa parte do governo com a população a respeito da comunicação é difícil.

Entrevistador: Vamos imaginar que você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: Bem, eu acho que a parte que eu poderia me comunicar, como governo, com a população em situação de rua seria, já que eu não posso ir nas praças e conversar com todos, conhecer as pessoas, perguntar o porquê que elas estão ali aglomeradas, porque nós estamos aí no meio de uma pandemia, onde estão morrendo muita população de rua, eu colocaria, já que eu não vou lá onde eles estão, conversar com eles, explicar para eles, eu colocaria cartazes grandes, igual colocaram nas avenidas, tipo na [Avenida] Vinte e Três de Maio tem, tipo colocaria no Bom Prato um cartaz grande informando para eles do perigo da aglomeração e dos cuidados que temos que ter com a pandemia, com o vírus e, também, tem a parte do pessoal do acolhimento da [Secretaria] Assistência Social que passa na rua, eles poderiam chegar junto e falar, conversar, avisar para as pessoas, porque eu já vi o pessoal da Assistência, do acolhimento ficar junto deles numa aglomeração e não sei qual o diálogo deles ali, não sei se fala alguma coisa ou se é só inscrição. Então, eu olharia por essa parte, eu faria esse caminho da comunicação de levar para eles, já que eu não posso estar junto, levar cartazes, colocar cartazes grandes que eles possam ver, ler e entender o objetivo daquele cartaz ali que é para o bem de todos e eu acho que a comunicação também nas praças, o pessoal da [Secretaria de] Saúde pode estar fazendo isso, com um grupo e outro grupo, também, como eu já me dispus com o pessoal da coordenação do Comitê, a gente levar o diálogo para as praças, falar da importância do direito deles conhecerem, entenderem que eles também têm direitos de se proteger, direito de se defender de qualquer agressão da parte da zeladoria, de tudo isso. Eu acho que não tem outro caminho, a não ser o cartaz ou então as conversas nas praças, ir até as praças e conversar com eles. Já que não pode ir até as praças, já que a Saúde não pode levar essas informações para o pessoal, porque eu entendo que governo e Prefeitura não quer que a população de rua saiba das coisas, não querem que eles saibam que têm direitos de estar ali e de não sair só porque a GCM chegou dando ordem, porque a rua é pública, a calçada é pública e é para todo mundo, não é para a GCM chegar e dizer assim “você não pode ficar, você tem que ficar lá” não. Eu acho que, como governo, se eu quisesse ajudar mesmo as pessoas, eu iria por esse caminho, eu penso assim.

Entrevistador: Pra finalizar, hoje você não se encontra mais em situação de rua, né? Por quanto tempo você esteve nessa situação?

Entrevistado: Bom, minha trajetória de rua começou por causa da violência doméstica. Eu não fui bem acolhida pela Segurança Pública com a violência que eu vinha sofrendo dentro de casa. Eu fugi de casa e comecei a me esconder embaixo de viadutos, onde eu fiquei por um bom tempo. Em 2003 que eu saí para a rua, saí da rua em 2005, fiquei dois ou três anos num abrigo, onde eu achei que ia conseguir sair da situação, mas é bem complicado, porque eu tinha dois filhos pequenos, eu tava sem trabalho, perdi tudo, então, foi mais difícil a minha saída da rua. E desse abrigo, novamente, eu tive que sair e voltei para a rua, porque abrigo é um ó e não dá pra se viver com criança em abrigo. E na rua, eu me sentia que eu corria perigo, por causa da perseguição do meu ex, mas eu me sentia melhor, porque no abrigo as pessoas te tratam com preconceito, não existe diálogo no abrigo e, para mãe que cria filho sozinha, é complicado, porque você não tem um lugar para deixar seus filhos para poder correr atrás de emprego ou o abrigo não te ajuda na parte do acolhimento, da escola, da creche, a mãe tem que ver isso sozinha e essa parte é bem complicada. Para meus filhos continuarem estudando foi uma barra, porque eu sempre lutei por isso e eles sempre continuaram na mesma escola que começaram, assim, nunca deixei que eles faltassem à escola mesmo debaixo do viaduto, a barra foi grande, porque existe o preconceito da parte das pessoas que acham que quem mora embaixo do viaduto é estranha, é perigosa, não tem direito de saber das coisas, de estudar, por causa disso tudo que, hoje, eu defendo as pessoas que vivem em situação de rua. Depois de um tempo, em 2012, eu fui esfaqueada, tudo pelo meu ex que me encontrou num local de abrigo, de acolhimento e ficou bem difícil, para mim, esfaqueada conseguir alguma coisa embaixo do viaduto, minha luta foi para que eu me recuperasse e, depois que eu me recuperei, em 2014, eu tinha que ter um endereço fixo, eu decidi que tinha que sair da rua e, para sair, eu tinha que ter um endereço fixo para arranjar um trabalho e poder me organizar para sair da rua. Daí, eu consegui entrar numa ocupação e, nessa ocupação eu entrei em 2014 e estou até hoje, mas também não está sendo fácil. Graças à Deus, os meus filhos terminaram os estudos, a minha filha, hoje, trabalha também. O bom de tudo isso é que eu consegui sair inteira da rua, sair inteira da violência e, hoje, eu trabalho, eu tenho esse endereço aqui da ocupação, trabalho registrada e estou tendo um pouco mais segurança de onde eu estou e posso fazer alguma coisa. Hoje, eu tenho um endereço e estou podendo fazer mais algo pelos companheiros que me ajudaram na rua e que continuam lá. É difícil conseguir algo para ajudar a população em situação de rua, é muito difícil, porque a gente pede, pede, fala, fala, mas é muito pouco que é liberado para gente que é e tem trajetória de rua, né? Eu não digo

que estou fora desse risco de voltar para a rua, porque eu estou numa ocupação, onde a gente está hoje, amanhã, eu não sei. Estamos na luta para ir para uma locação social, eu tenho certeza que só com a luta que a gente consegue mudar alguma coisa na nossa vida, porque, sei que Deus ajuda, mas a gente tem que lutar para que isso aconteça, Ele não ajuda se você ficar numa calçada parado e deitado e não correr atrás dos seus objetivos. Para mim, viver e estar em pé hoje foi uma luta e daqui eu quero ir para a minha casa e ajudar as pessoas que me ajudaram há tempos atrás.

Entrevistador: As últimas são: sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Me identifico com o sexo feminino e tenho ensino fundamental incompleto, infelizmente.

Robson:

Entrevistador: Para começar, gostaria de saber como era seu dia a dia antes da pandemia?

Entrevistado: O nosso dia aqui era normal, por exemplo: o atendimento diário de trinta pessoas, a gente tratava a questão de ver a documentação, encaminhar para curso, encaminhar para emprego, era o atendimento básico que era feito aqui. Fora alguns eventos que a gente tem um calendário de eventos, primeiro evento seria, geralmente, 21 de abril que esse ano foi cancelado, que é o Cultura e Cidadania, depois vem Concurso de Poesia, depois vem Concurso de Caça-Talentos, depois vem Show de Talentos, vem Concurso de Poesia, aí vem o Miss Rua, aí vem o Sopa de Letrinhas, Mesa Farta, Natal, essas coisas todas que são os eventos que a gente faz em espaço público. Até a pandemia, nosso trabalho era assim, era um trabalho rotineiro, a não ser época de inverno, distribuindo café na rua e sopa e, no verão, distribuindo água para a PopRua.

Entrevistador: Você já falou sobre, mas você faz parte de algum Movimento que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, como se dá essa luta?

Entrevistado: Eu sou o fundador e Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua e isso parte de estar buscando os direitos da PopRua, como a gente lançou um livro chamado “Direitos e Deveres da PopRua”. Então, a gente representa eles quando necessitam de uma representação mais contundente, como se diz, quando precisa ir na questão judicial, a gente vai, através da Defensoria, através do Ministério Público fazer representação para essa população, tanto em questão jurídica como em mais questões que necessitem de algo que tenha CNPJ de uma entidade que possa estar representando ela judicialmente.

Entrevistador: Muito interessante a luta de vocês. E como você se informa normalmente?

Entrevistado: Nós participamos de várias reuniões, nós participamos de reuniões da Defensoria, tanto do Estado quanto da União, nós participamos de reuniões com o Ministério Público Estadual e Federal, nós participamos de reuniões com a Receita Federal, nós participamos de reuniões junto aos órgãos da Polícia Civil e Militar, então, é assim que a gente vai buscando informações e vai retransmitindo essas informações para a PopRua. Também estamos eleitos representando a PopRua dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no qual, temos cadeira para representar essa categoria.

Entrevistador: Certo, entendo. O que você entende por comunicação?

Entrevistado: O que eu entendo por comunicação é receber informação e transmitir essa informação a quem tem necessidade de recebê-la e fazer uso dessas informações, ou seja, aquilo que é público e a gente tem conhecimento repassa para que todos tomem conhecimento dos seus direitos, dos seus deveres, das suas obrigações e possa se suprir as suas necessidades, tanto materiais como necessidades de conhecimento, seja através de conhecimento cultural ou conhecimento de leis, etc... todo tipo de conhecimento que se faz necessário para o ser humano.

Entrevistador: É uma visão interessante, Seu Robson. Como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: O governo tem a peculiaridade de repassar informações incorretas, incompletas na maioria das vezes, né. Ele nunca informa aquilo que é realmente benéfico à sociedade. Por exemplo, vamos pegar a questão do benefício agora, o benefício emergencial, ele passa as informações de que quem tá cadastrado no Bolsa Família vai lá e retira, etc. E quem não está cadastrado, vai ver cadastramento, mas aí ele não avisa que cada um tem que ter um número de celular para poder pegar a senha que é mandada por eles, o código pra poder retirar esse dinheiro, ele não repassa que a Carteira de Trabalho que não tem a foto digitalizada e sim foto colada não é aceita, quer dizer, essas informações são paliativas, a informação do governo é paliativa. Só quando a pessoa vai no “corre”, vai atrás para buscar os seus direitos é que vê que tem alguns obstáculos a ser vencido porque as informações não vieram corretas como deveria vir.

Entrevistador: Vamos imaginar que você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: Por exemplo, para se comunicar com a PopRua, o mais fácil para o governo seria o seguinte “olha, nós temos o Censo que determina a quantidade de PopRua que tem no estado de São Paulo ou na cidade de São Paulo, então nós criamos essa e essa política para a PopRua, de acordo com o Censo que nós temos, então com o que é que a PopRua vai ser beneficiada, por causa desse Censo, ela vai ser beneficiada através de abertura de locais de referência, onde a pessoa vai chegar e ter acolhimento, ter o banho, ter o atendimento

socioassistencial necessário e adequado para ela, ela também vai ter um local específico para fazer o seu cadastramento, para que ela possa estar recebendo o Bolsa Família ou qualquer outro benefício vindo por parte da Receita Federal, Estadual ou Municipal, ela também vai nesse cadastro facilitar para que a gente possa encaminhar para cursos de requalificação profissional, possa encaminhar para emprego, seja ele o POT, que é o Programa Operação-Trabalho, qualquer um outro benefício que possa favorecer a população fazendo com que a mesma seja inserida no mercado de trabalho e saia da rede socio-assistencial”, então essa seria a maneira prática, lógica, objetiva e a mais eficaz e direta que beneficiaria a PopRua.

Entrevistador: Utilizar o Censo PopRua como base é interessante, boas contribuições. Pra finalizar, hoje você não se encontra mais em situação de rua, né? Por quanto tempo, você esteve nessa situação?

Entrevistado: Eu me encontrei em situação de rua durante seis anos, três anos dormindo nas calçadas e três anos dormindo em albergue. Saí da rua em 2006 para 2007, né. E passei a ter oficializado como movimento mesmo em 2010, foi quando passou a ter CNPJ, está bom? Essas foram as condições aí, no começo, a gente atendia como movimento, mas assim como reconhecido juridicamente, passamos a ser reconhecidos juridicamente a partir de 2010, mas eu saí da rua nessa época e, desde lá para cá, estou atuando nesse setor.

Entrevistador: As últimas perguntas são: sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Minha idade é 67 anos, desde que me conheço por gente sou do sexo masculino, né. E o que mais você gostaria de saber... a escolaridade é primário incompleto.

Tião:

Entrevistador: Queria que você me falasse um pouco como era seu dia a dia antes da pandemia?

Entrevistado: Antes da pandemia, eu trabalhava na portaria da Galeria Vitória, aqui no Centro de São Paulo, Largo do Paissandú, onde são lojas, brechós, cabeleireiros, umas coisas assim. Eu ficava das oito [horas] ao meio-dia e, à tarde, eu retornava para o andar, quarto andar, onde eu tenho uma loja lá, estou montando, eu tava começando ela, decorando, olhando a parte de decoração, pintura e montagem, era isso que eu estava fazendo.

Entrevistador: Essa pandemia deve ter atrapalhado bastante sua loja.

Entrevistado: Atrapalhou todas, as outras já estavam montadas, tinham mais tempo já funcionando, todas fechadas. Eles pagam aluguel e não conseguem, nesse momento, estão até suspendendo os aluguéis, porque eles pagam aluguel, mas não tem como ter faturamento. Já não estavam tendo, porque a galeria era nova. No meu caso, a minha loja é permuta, né, sou o zelador do prédio, tinha uma loja de permuta.

Entrevistador: Você faz parte de algum Movimento que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, como se dá essa luta?

Entrevistado: Eu faço parte do Movimento Nacional da População de Rua, quando ele foi fundado, eu sou um dos fundadores, isso em 2005, quando foi proclamada a fundação do Movimento, eu fiz essa proclamação no Festival de Cidadania em Belo Horizonte. Éramos quinze estados fundando o Movimento, éramos os que puxavam essa articulação, fiz de tudo para que o Movimento passasse. Eu, Anderson Miranda, de São Paulo, e Samuel, de Belo Horizonte, que puxamos essa frente. Hoje, eu estou de volta ao Movimento, depois de alguns anos que eu fui tocando a minha vida, visitando a família, recuperar vínculos, algumas coisas perdidas aí no tempo, e agora, eu atualmente represento por algum período aí o Movimento da População de Rua, o MNPR, Movimento Nacional da População de Rua, no Comitê PopRua de São Paulo.

Entrevistador: Que bacana! E como você se informa normalmente?

Entrevistado: Olha, aqui no Centro, parece que o pessoal está em outro planeta, para falar a verdade. Aqui, o movimento não parou na rua, entre Paissandú e o SESC [24 de Maio] é

super movimentado o tempo todo, salão de corte de cabelo no meio da rua, pessoal põe umas músicas para tocar dia e noite. Aqui, parece que ao invés de entrar numa quarentena, entrou numa Virada Cultural, da janela do prédio, eu acompanho a vida pulsando normalmente aqui, por incrível que pareça. E eu vou acompanhando aqui pela internet as informações, mais assim, a respeito de tudo que está acontecendo no país mesmo.

Entrevistador: Caramba. Que loucura, Tião! E o que você entende por comunicação?

Entrevistado: Comunicação, para mim, é a forma de se conectar com as pessoas comuns, né? Falar, conversar, escrever, os meios que existem de comunicação também, jornal, rádio, essas coisas, isso também é comunicação. Eu gosto muito de ver as pessoas, contato direto, eu sou trecheiro, né. Nesse momento, agora, está sendo... a gente tem que se adaptar.

Entrevistador: Como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: Como o governo se comunica com a população de rua, bom, tem atos pontuais que acontecem e coletivos procuram espaço de participação, têm associações, têm movimentos sociais e o governo usa desses espaços, dos conselhos, têm muitos conselhos que acabam chegando, têm muitos movimentos sociais participando, a população em situação de rua também. Através dos serviços também, são muitos serviços em São Paulo, através dos Centros POP, dos CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], dos técnicos, profissionais de ponta, ele chega de várias formas no contato direto com a população em situação de rua, se funciona bem ou se funciona mal, mas o canal de comunicação acaba acontecendo de alguma forma.

Entrevistador: Vamos imaginar que você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: Essa é uma boa pergunta, eu não tenho uma resposta assim, tenho que pensar mesmo, nunca pensei a esse respeito. Mas acho que o Centro de Convivência é um caminho que eu encontro e por onde se pode chegar nas pessoas, mas teria que me aprofundar nessas coisas, eu nunca pensei nessa forma.

Entrevistador: Certo, mas sua ideia já foi válida. Hoje, você não se encontra mais em situação de rua, né? Por quanto tempo você esteve nessa situação?

Entrevistado: É, eu vivo trafegando entre situação de rua e não, mas eu, desde de 2007, eu tive um problema em 2008 e voltei para a situação de rua, há um ano atrás, eu tive à beira quase de situação de rua, mas eu utilizei um pouco de contatos, enviei currículos e voltei como autônomo, também, microempreendedor, me encontro assim agora, estou desenvolvendo produtos para floricultura. Mas por um tempo longo, foi em 2002, 2003 até 2008, foi nesse vai e vem de situação de rua.

Entrevistador: As últimas perguntas são: sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Eu sou de 7 de outubro de 1968 [51 anos], sou do sexo masculino e eu fiz, completei o ensino médio.

Darcy:

Entrevistador: Como é seu dia a dia?

Entrevistado: Então, atualmente, o meu dia a dia é bem diferente da minha rotina de quando eu vivia na maloca, né? Agora, desde 2013, que eu estou no Movimento Nacional de População de Rua e minha rotina mudou muito a partir de então. Atualmente, nessa pandemia, a gente não tem muito o que fazer, né, a rotina das pessoas estão muito parecidas, então, a gente está num processo de isolamento, então, hoje eu estou numa kitnet com uma companheira, que eu gosto muito, e a gente trabalha com dois notebooks e a gente se mantém em contato com os e-mails, whatsapp, com os parceiros, se comunicando dessa forma. As reuniões estão sendo feitas de forma remota com várias organizações, pessoas em situação de rua que fazem parte do movimento e, assim, está sendo o nosso dia a dia atualmente. Na sede do Movimento, a gente está recebendo materiais de doações e organizando as distribuições dessas doações, principalmente, a gente está com foco ali na Cracolândia, porque os serviços ali fecharam, então, eles estão sem nenhuma assistência ali na região, apesar de a gente estar se comunicando, pedindo para o Ministério Público pudesse fazer algumas recomendações para a Prefeitura, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, Assistência Social para deixar o mínimo básico, que seria: água, banho, higienização e alimentação. Então, a nossa rotina atual está sendo dessa forma, a gente acompanha, através do whatsapp, com alguns companheiros que estão nos equipamentos de serviços, eles mandam áudios para a gente, se comunicam com a gente, contam um pouco da situação, como que está a situação por lá, inclusive, a gente está com um parceiro nosso que está internado aqui na Santa Casa de Misericórdia, ali do Hospital, Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel e a gente esteve lá ontem. Hoje, respondemos alguns e-mails a várias organizações, Anistia Internacional, Corte Interamericana de Direitos Humanos, então, existem várias instituições que entram em contato com a gente, através de e-mail, whatsapp, reuniões com o Fórum da Cidade, grupos de trabalho, tudo voltado para a questão de direitos humanos e a população em situação de rua, essa é a nossa rotina atual.

Entrevistador: É o Jamaika? Eu vi um post da Eli falando da situação dele. Bem ruim. Você me falou como tem sido a atuação do Movimento nesses tempo de Corona, mas fora isso, antes, como que se dava essa luta?

Entrevistado: Então, Gustavo, o Movimento, ele sempre se organizou no início nas praças, nos equipamentos, onde faziam as reuniões e assim ele foi se organizando dessa forma. A partir de 2004, depois do Massacre da Sé, houve a comoção social, da sociedade e, desde então, começou-se várias organizações, instituições tanto de direitos, de defesa de direitos humanos, de defesa de justiça, sociedade geral começou-se a fazer uma discussão, um debate, né, e a população de rua sempre foi procurada para ser escutada, ouvida, e a PopRua começou, então, a ter voz, a partir do Massacre em diante. O Movimento por um bom tempo se reuniu em praças públicas, depois a gente utilizou a Câmara Municipal, aquele auditório que fica ali no térreo aberto, a gente usou lá por um bom tempo, a gente teve uma sede no Brás, que era uma casa muito antiga, depois a casa ficou com problemas de estruturais, tivemos que sair daquela casa, fomos para o Sindicato dos Comerciários, ficamos por dois anos no Sindicato e, depois, a gente conseguiu uma concessão, em 2016, do Viaduto Pedroso, então, onde é hoje a sede do Movimento, onde tem o projeto CISARTE [Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação]. E o Movimento, dessa forma, foi crescendo a nível nacional com Belo Horizonte, Paraná, agora, a gente está em todas as regiões do Nordeste, treze coordenações nacionais e a gente tem quatro coordenações representativas estaduais, a gente está no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Belo Horizonte, Mato Grosso, Goiás, a gente está também no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, a gente está também no Rio Grande do Norte, Maranhão, a gente está com núcleos ali na Amazônia, no Mato Grosso, Acre, Maranhão, Alagoas, então, a gente se espalhou, a gente está crescendo a nível nacional, Brasília também e, além dos CISARTE, no Paraná tem o INRua [Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua], que também é uma organização de direitos humanos e, na Baixada Santista, aqui em São Paulo, a gente tem também um jornal Vozes da Rua que faz toda essa comunicação da população em situação de rua, a comunicação entre diversos setores da sociedade com diálogo da população de rua. Então, a gente organiza em uma plenária, uma vez por mês, para que a gente possa ter algumas deliberações, essa plenária acontece na sede do Movimento e diariamente a gente tem uma rotina de acompanhamento, monitoramento, tanto da zeladoria urbana quanto dos equipamentos de serviço, tudo relacionado à população de rua, o comitê, a instituição do comitê, agora, a gente tem uma lei que institui o comitê, então, ele está seguro de forma legal, a gente tem um decreto nacional, tem uma PL da lei nacional para PopRua, tem também uma lei estadual aqui em São Paulo, alguns estados também já têm, alguns estados também já têm

comitê tanto municipal quanto estadual. Aqui em São Paulo, a gente só tem o comitê municipal, o estadual precisa ser regulamentado. Enfim, a gente tem atuado dessa forma, com parcerias com diversas instituições e movimentos, né, tanto da luta por moradia quanto por questões raciais, justiça, entre outras.

Entrevistador: É uma estrutura bem ampla do Movimento. Você já falou um pouco, mas como você se informa normalmente?

Entrevistado: Bom, o Movimento, ele atua em várias instâncias de controle social, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Comitê PopRua, então, a gente tem... assistência social, Conselho de Assistência Social, isso em vários estados, esses conselhos, a gente atua em todos esses estados que a gente está organizado. Então, a gente tem um acompanhamento em tempo real dos programas e das propostas que acontecem tanto no Executivo quanto no Legislativo e no Judiciário, focado na população em situação de rua, e o CIAMP Rua [Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua] que é o Comitê Intersetorial de Políticas para Populações Vulneráveis, um conselho da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Mulher e Cidadania. Além disso, desses conselhos e controle social, a gente atua também em diversos grupos de whatsapp, onde tem várias pessoas engajadas no controle social, na luta do controle social, de forma participativa, que nos mantêm informados, através de publicações de jornais, tanto da mídia como também da mídia, como o pessoal chama, a mídia podre, mídia mais de esquerda, enfim, aí a gente vai mantendo essas informações, elas vão correndo e a gente vai se inteirando e também a vivência no território, o território é onde a gente tira as propostas e o convívio do dia a dia dessa população, tanto do serviço como na rua, onde a gente faz o acompanhamento das ações e práticas do dia a dia. Então, nem sempre uma proposta bem elaborada teoricamente esquematizada, ela na hora da ponta, da execução, ela não funciona perfeitamente como foi colocada de forma esquematizada, muitas das vezes, as ideias não conseguem ser concretas nas ações do dia a dia e é onde a gente pega várias informações, né, os feedbacks das ações e a população de rua, ela também se inteira muito, porque ela participa dos comitês, ela participa também das plenárias do Movimento, ela participa de várias ações, tanto da Defensoria Pública quanto da DPU [Defensoria Pública da União], onde elas vão também se informando do que está acontecendo e participam de audiências públicas. Então, a

rua é bem politizada na questão da informação e tem também as preferências, né, a gente percebe que dentro da própria rua também existem as preferências partidárias, preferências de estilos de governos e a gente vê também o gosto pessoal de cada um, também o que gosta de ler e que acredita e que busca se informar.

Entrevistador: E o que você entende por comunicação?

Entrevistado: O que eu entendo de comunicação é um mecanismo vital, né, ele nos permite transmitir conhecimento e também nos permite adquirir conhecimento, isso é fundamental nas questões do diálogo, nas questões orais tanto da escrita ou, agora, através da comunicação de celulares, entre outras coisas, internet, isso aproxima muito as pessoas, nos permite nos conectar, então, acredito que a conexão nessa rede de comunicação, de informações, de conhecimento, ela é muito importante nas tomadas de decisões, nos conhecimentos dos fatos, da realidade e, também, nos permite identificar os fakes, porque até mesmo nas comunicações, a dualidade sempre está presente em todos os setores e momentos de nossas vidas a gente percebe a questão das informações corretas, das falsas informações, então, a gente tem essa questão do que é verdadeiro, do que é falso, a gente está sempre nessa dualidade o tempo todo e a gente tem que estar filtrando para que a gente ter uma tomada de decisão, ter uma compreensão correta de que maneira a gente vai se movimentar. Para o Movimento, é muito importante a comunicação, através da comunicação é que a gente consegue se movimentar, né, tendo comunicação correta, a gente vai ter uma direção correta e com essa direção, a gente vai conseguir se movimentar e atuar, então, são coisas que têm que estar muito juntas, não adianta a gente ter a comunicação e não ter a ação e tomar as decisões e posições que devem ser tomadas. Então, é importante que todos estejam engajados dentro de um propósito, de um movimento, todos têm que estar a par da direção daquele movimento que está sendo feito e a certeza de que, com as informações que a gente tem, as decisões foram as corretas que conseguimos tomar.

Entrevistador: Certo, visão interessante do que é comunicação. Continuando nesse sentido: como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: O principal mecanismo/ferramenta que a gente tem de comunicação com o governo é o Comitê PopRua e a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Direitos

Humanos. Através do Comitê, a gente consegue provocar uma série de outras Secretarias importantes, como Habitação, Trabalho, Saúde, entre outros e dessa forma, a gente estabelece, então, de uma forma formal uma comunicação de consenso, de muita disputa e pressão para a realização dos direitos da política pública, o movimento também se utiliza da comunicação de massa, para colocar pressão, então a gente se utiliza de marcha, concentração de pessoas em frente da Prefeitura e de outros serviços que são direcionados a população em situação de rua e, quando a gente não consegue ter um diálogo apropriado, a gente se utiliza do Ministério Público, da Defensoria Pública, da DPU, Defensoria Pública da União, COMAS [Conselho Municipal de Assistência Social], Conselho Municipal de Direitos Humanos, para que a gente consiga estar dialogando com o governo e o governo estar falando com a gente e, em alguma das vezes, ele se utiliza da imprensa de massa para estar falando sobre a população de rua, usa-se também audiência pública, muitas das vezes, e dessa forma, a gente tem mantido esse diálogo.

Entrevistador: E se você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: Eu penso que essa comunicação poderia ser fortalecida junto ao governo, o diálogo com a população em situação de rua, uma política de escuta das necessidades vitais da população, do seu dia a dia, da sua territorialidade, da sua situação de enorme vulnerabilidade, através dos canais de controle social, como o Comitê PopRua, por exemplo, onde, muitas das vezes, o Comitê é muito fragilizado, então é importante o Prefeito e o próprio Executivo estabelecer audiências, encontros com a população em situação de rua mantendo, assim, tanto a Secretária de Assistência Social quanto o próprio Secretário de Direitos Humanos ou até de outras Pastas, pudesse também ter uma aproximação maior e uma comunicação efetiva, onde através de instâncias de audiências públicas, de seminários, ela pudesse participar de seminários com a população em situação de rua e estar presente no convívio com a população em situação de rua e estando dispostos, também, a realizar as reivindicações que muitas das vezes são justas, muito justas, como a questão da moradia, da habitação, da saúde, entre outras coisa, né. Então, eu diria que a comunicação efetiva seria através do Comitê que já temos, mas que está muito precarizado, ele poderia ser fortalecido, audiência pública com a população de rua, onde os Secretários pudessem estar presentes e não uma pessoa que eles designam, que não tem informação nenhuma e não podem assumir compromisso nenhum,

mas que poderia ser o Secretário e, principalmente, que o Prefeito pudesse fazer encontros com a população em situação de rua para ouvir as demandas, as reivindicações e construir uma política conjunta com a própria população.

Entrevistador: Você disse que não se encontra mais em situação de rua, mas por quanto tempo você esteve?

Entrevistado: Três anos.

Entrevistador: Pra finalizar: qual sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: 52 anos, masculino e universitário incompleto.

Michael:

Entrevistador: Para começar, como era seu dia a dia antes da quarentena?

Entrevistado: O meu dia a dia era... eu ia no Comitê, fazia minhas coisas pelo computador, corria atrás de emprego também e também fazia as minhas coisas. Fazia os meus bicos, eu me autossustentava antes da quarentena, porque eu não trabalhava registrado, eu trabalhava por bico, então, depois dessa quarentena atrasou tudo.

Entrevistador: Atrapalhou mesmo! Você faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?

Entrevistado: A gente lutava por uma forma de trabalho antipreconceito, mais ética, mais transparente para população em situação de rua. A gente lutava por moradia, a gente fazia vários movimentos, a gente se importava de verdade, a gente ainda se importa de verdade com a população de rua, mas com essa pandemia de COVID-19 parou, parou, parou, porque eu vejo na rua, em alguns outros CTAs [Centro Temporário de Acolhida], você escutar a palavra morador de rua, elas acabam tomando uma certa distância e acabam não colocando máscara, entendeu? Isso me desagradou muito, porque todo nosso trabalho, a gente deu uma parada extensa por conta de uma epidemia, de uma doença que, se não tratar, ela gera mortes em pessoas, que agrava o social, que agrava aquelas pessoas mais carentes, aquelas pessoas que precisam realmente, porque a luta do Movimento Nacional de População de Rua não é só para a população de rua, ela pega todos que estão em vulnerabilidade social.

Entrevistador: Certo. Como você se informa normalmente?

Entrevistado: Pelos jornais, eu assisto muitos jornais e pelo celular também, porque eu venho e vejo como que está a situação e, também pelos jornais e pelo celular, eu vejo o que eu faço e por boatos, a gente vai atrás da informação, a gente quer saber de onde saiu essa informação, porque notícias falsas hoje em dia vêm de monte, mas a gente tem que checar todas as notícias, porque não é simplesmente uma brincadeira fácil.

Entrevistador: Checar as notícias é importante mesmo. O que você entende por comunicação?

Entrevistado: Comunicação, hoje em dia, é o mais importante, eu não critico, o que eu entendo é o básico, que o Presidente... essas notícias que saem hoje em dia, que o Presidente

está fazendo isso, fora os jornais, que o Presidente está fazendo falsas informações, que o Presidente não sei o que lá, que o Presidente não sei o que lá. Fora os jornais que tem, muitos jornais, jornais para caramba, tem muitas coisas, muitas coisas, muitas comunicações, de várias maneiras, rádio, jornal, TV, redes sociais, internet, sites, notícias pessoas, notícias que a população mesmo traz, de várias, várias maneiras.

Entrevistador: Como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: Sim, acontece, porque quem está em situação de rua não está simplesmente restrita, ela assiste num bar, numa lanchonete, ela lê jornal, alguns têm até celular, tem alguns que se encontram no Centro de Acolhida, ainda mais pelas conversas... fora mais a.... fora o que o pessoal que cuida da população em situação de rua fala, polícia, GCM [Guarda Civil Metropolitana], segurança, o pessoal da segurança de vários setores dos prédios públicos, assistentes sociais informam muito, monitores, pessoal dos outros setores que trabalham na rua, várias outras pessoas que trabalham com pessoas em situação de rua informam, informam muito.

Entrevistador: Se você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: O principal: o governo tem que reunir as pessoas em situação de rua, as pessoas que estão em vulnerabilidade social, por conta de chegar mais rápido para saber como é que forma, como é que informa, como faz, como forma, entendeu? Então, o que acontece, se o governo realmente reunir, trazer uma notícia mais rápida ou se não fazer o que já é feito, mas melhorar, seria bem melhor, porque todo mundo aqui tem uma forma de ajudar, tem uma forma de ampliar, tem uma forma de sentar e conversar, mas possibilidade com o governo é muito, como eu posso te falar, é muito complicada, ela é muito complicada, ela muito complicada nos termos de corrupção, no termo que a rua é muito revoltada nessas coisas.

Entrevistador: Hoje, você se encontra em situação de rua? Por quanto tempo você está ou esteve nessa situação?

Entrevistado: Eu tenho um lema, eu não me encontro em situação de vulnerabilidade social, porque você tem que se ocupar, você tem que ir atrás, você tem que saber onde você pode se

sentir seguro, com quem você pode se sentir seguro. Eu já encontrei casos piores que o meu por eu me assumir, eu sou um ex-doente químico, por ser um doente químico que eu me encontro nessa situação hoje é de depender, mas eu já pus na minha cabeça que eu não vou depender, eu vou atrás, eu vou correr atrás, porque, hoje em dia, quanto mais você acha, mais você vê, você encontra muitas coisas, entendeu? Quem está em situação de rua seriam mais aquelas pessoas que seriam mais doente químico, eu tô em situação de rua hoje, por conta do meu problema, por conta de muitas coisas, tem muitas coisas que eu não consigo aceitar, entendeu? É isso. Eu saí do Movimento Nacional... eu saí da população... das coisas da população de rua, porque eu quero estar saindo da rua e tal, estudando, conhecendo mais coisas ainda, mas eu ainda estou dentro do CTA ainda, conversei com a assistente social, vou ficar mais uns 6 meses, para eu juntar uma graninha legal para eu poder alugar um cantinho.

Entrevistador: É importante lutar mesmo! Pra finalizar: qual sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Meu nome é Michael Ribeiro da Costa, sou masculino, tenho 26 anos.

Janaína:

Entrevistador: Para aquecer, eu queria saber como era seu dia a dia antes da quarentena?

Entrevistado: Meu dia a dia antes da quarentena era normal, né. Eu participava de um monte de reuniões na Câmara Municipal, alguns debates, entrevistas. Eu descia mais lá no fluxo, que é onde se encontra a cracolândia, porque eu tenho uma filha usuária de droga que vive lá e os dias eram normais, tranquilos e, com a quarentena agora, a gente fica mais preso do que solto. Eu estou no grupo de risco, porque eu estou gestante e eu tenho que ficar mais dentro de casa, mas eu não consigo, eu paro quando eu estou bastante cansada mesmo, porque tem bastantes pessoas que vêm pedir minha ajuda e eu vou ajudando nesse momento do jeito que eu posso, correto? E aí eu estou permanecendo, eu, meus filhos, meu esposo, a gente está permanecendo mais em casa, agora, com essa ocupação que a gente fez aqui, eu estou mais aqui para poder estar dando atenção para essas famílias. Então, é isso, essa quarentena enrolou muito nossa vida, atrapalhou muito, que é a palavra certa, atrapalhou muito, porque tem coisa que a gente pode resolver, coisas que antes a gente resolvia rápido, hoje, a gente tem que aguardar um pouco para ser resolvido.

Entrevistador: Atrapalhou mesmo! Você faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?

Entrevistado: Eu faço parte do Conselho Gestor do Comitê PopRua dentro da Secretaria de Direitos Humanos, eu sou conselheira e defendo a rua, população de rua dentro da Secretaria de Direitos Humanos, sou conselheira também da Saúde e sou conselheira da Habitação e sou pré-candidata a vereadora e a nossa luta é pela moradia dos usuários para acabar essa discriminação todinha que a gente sofre, os usuários terem os mesmos direitos que qualquer ser humano tem, porque o direito deles foi violado, é por isso que a gente fez essa ocupação, porque a metade da família foi despejada e a gente está lutando para poder ficar no prédio e o que acontece... e a minha luta é essa, pela moradia, pela saúde e pela população de rua, né. A gente defende se tiver abuso de autoridade, a gente está em cima, faz denúncia, sabe? Um pouco é isso que a gente está trabalhando.

Entrevistador: Olha. Que legal! Como você se informa normalmente?

Entrevistado: Me explica essa pergunta aí direito porque eu não entendi.

Entrevistador: Sem problemas. Eu gostaria de saber como você faz para se informar sobre assuntos em geral e da PopRua? Por exemplo, vendo ou lendo notícias ou conversando com as pessoas?

Entrevistado: Assim, sobre o assunto em geral e da PopRua, a gente tem um grupo, porque antes de vir essa pandemia e essa quarentena, a gente fazia reuniões dentro da Secretaria de Direitos Humanos, então, o que acontece agora? Como veio a pandemia... pandemia... a gente faz as reuniões por *live*, online e a gente tem um grupo aqui, né, que é passado, eu recebo as coisas todas por e-mail e, no grupo, a gente conversa tudo aqui no grupo que a gente tem referente à PopRua. Como eu estou gestante, sabe, estou com outros trabalhos, outras coisas para poder fazer, como eu te falei da ocupação que a gente acabou de ocupar agora, porque teve pessoas que estavam na rua, foram despejadas por falta de não terem o dinheiro para poder pagar o aluguel e está complicado um pouco aqui no prédio que a gente ocupou, que era para a gente poder sair hoje, porque chegou uma liminar de reintegração de posse, era para sair hoje e acabou que a gente conseguiu adiar essa liminar. Então, a gente fica assim, sabendo, né, agora, eu estou um pouco de quarentena, mas eu não paro de trabalhar, vou lá no fluxo, na Cracolândia, porque eu tenho uma filha usuária de droga também lá e eu vejo a situação, com álcool em gel, máscara e a gente vai se comunicando assim, por enquanto, até acabar essa pandemia.

Entrevistador: Muito bom, era isso mesmo. E quando você ouve a palavra comunicação, o que você entende?

Entrevistado: A palavra comunicação é uma palavra que todos nós temos que ter, né. A gente tem que se comunicar com todo mundo, porque se não existisse essa palavra comunicação, a gente não tinha comunicação com todo mundo, então, a gente comunica com todo mundo, a gente conversa com todo mundo, para gente falar com nosso próximo, a gente vai falar como, se não tiver a comunicação, né? Comunicação tanto pelo telefone, pessoalmente, então, tem que ter a comunicação para existir um diálogo, porque se não tem a comunicação, a gente não consegue dialogar com ninguém, então, a palavra comunicação é muito boa, por quê? Porque a gente precisa se comunicar cada dia mais com o outro, com as pessoas e saber mais do que está acontecendo, se a gente não sabe como vem da boca de outra pessoa, a gente está vendo pelas redes sociais, a gente está vendo pela televisão, né. Então, tem que existir a comunicação entre nós.

Entrevistador: Sua visão sobre a comunicação é bem interessante, ela é importante mesmo. E como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua?

Entrevistado: Não tem comunicação entre o governo e o população de rua, porque a população de rua está à mercê de si mesmo, certo? O governo não dá nenhum auxílio, nenhuma ajuda, então, eles estão à mercê de si mesmo, se não são as igrejas, as ONGs, esses tipos de órgãos ajudarem a população de rua, eles ficam à mercê, morrem no frio, essa pandemia, não está tendo nenhuma ajuda específica referente a população de rua, não está tendo nada. Então, o governo e a população de rua não tem nenhuma comunicação.

Entrevistador: Isso é bem ruim. Se você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: O que acontece: não tem comunicação entre o governo e o Comitê, e os moradores de rua, a comunicação que o governo tem é o que: na Cracolândia é assim, é tiro, porrada e bomba que eles tratam a população aqui na Cracolândia, é com ações, é com violência, é tirando os pertences da população de rua, é documento, é cobertor, é roupa, é tudo que a população de rua já não tem, o pouco que tem, perde. Essa é a comunicação que o governo tem com a população de rua e nas outras áreas é a mesma coisa, Praça da Sé, é batendo, é humilhação, é o preconceito, essa é a comunicação que o governo tem, então, não tem diálogo, sabe? O governo não dá oportunidade para arrumar um prédio para colocar essas pessoas, o povo de rua para poder morar, porque se ele desse oportunidade também, da moradia, não tinha tanta gente na rua, como tem hoje. As famílias que eu estou te falando do prédio que a gente ocupou estão correndo o risco de nós todos irmos para a rua, porque a gente não tem lugar para onde ir, certo? Então, a comunicação que o governo tem com a população de rua é essa, não tem diálogo, não tem conversa, quando ele quer conversar, ele manda a polícia vir jogar bomba, dar tiro, aí vem toda a violência, é essa a conversa que o governo tem.

Entrevistador: Hoje, você não se encontra mais em situação de rua, né? Por quanto tempo você esteve nessa situação?

Entrevistado: Eu nunca cheguei a morar na rua, eu vivi na rua, mas a morar na rua como mendiga, não, porque eu ficava na rua referente a droga que eu usava que era a cocaína, né, e

a bebida e a prostituição. Então, eu ficava quatro dias na rua e ia para a casa da minha mãe dormir, dormia praticamente uma semana, aí minha mãe brigava, eu saía para a rua de novo, então a minha rotina foi essa, morar na rua direto não, mas eu ficava quatro... vamos pensar assim, eu começava na quinta-feira a usar droga, eu ficava sexta... quinta, sexta, sábado e domingo, né, quando o corpo não aguentava mais, eu ia para a casa da minha mãe dormir ou então quando eu dormia na casa de algum amigo ou então quando eu estava na prostituição, eu dormia em algum hotel, sabe? Então foi assim a minha rotina, mas graças a Deus, Deus enviou alguém para poder me ajudar, eu aceitei a ajuda e, hoje, eu estou com a minha família, casada há treze anos, com meus filhos e a situação de rua é muito difícil, né, porque é muita discriminação, por mais que você não dorme numa calçada, você vive no meio dos moradores de rua, é uma discriminação danada, porque a sociedade não olha para você da forma que tem que olhar, que você precisa de ajuda, né, eles olham com olhar de discriminação, de preconceito. Então, eu só consegui sair, só consegui vencer essa situação, porque tiveram pessoas que me esticaram a mão e me ajudaram, que foi o pessoal da igreja, que me ajudou, foi onde eu consegui e, hoje, a minha família toda restaurada e eu tenho uma filha minha que é usuária de crack e vive dentro da Cracolândia, mas só que eu tive ajuda, porque se a gente não tem ajuda, a gente não consegue sair da situação, mas aí já é outro problema, graças a Deus.

Entrevistador: Esse preconceito deve ser uma barreira muito difícil. As últimas perguntas são: sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Eu estou com 40 anos, sou do sexo feminino, eu parei de estudar na terceira série e, agora, eu estou terminando o fundamental. Não, agora, está tudo parado, por causa dessa pandemia aí, mas eu estava fazendo o fundamental para entrar no médio, né, e eu voltei para a escola agora depois de velha. E aí, eu estou continuando, agora tenho que esperar essa pandemia acabar para poder voltar para a escola, terminar o fundamental para poder entrar no médio, porque eu quero fazer Direito, Faculdade de Direito e nós estamos aí na luta. Meu nome é Janaína Xavier e estamos juntos.

Eliana:

Entrevistador: Como é seu dia a dia antes da quarentena?

Entrevistado: Primeiro que eu não tenho rotina, né? Eu... eu acordo, tomo o meu café, fumo meu cigarro, vou no banheiro passar um fax internacional, tomo banho e aí, vamos lá, whatsapp, computador, vamos para a Secretaria [Municipal de Direitos Humanos e Cidadania], pego ônibus, pego metrô, eu já vou interagindo com as pessoas no “whats” [Whatsapp], responde mensagem, ouço as demandas, chego na Secretaria, bato aquele ponto maravilhoso, subo e abre a caixa de e-mail, vamos para o serviço burocrático que eu odeio, mas precisa e vamos pra rua, tem demanda lá embaixo na recepção, tem que ir na rua, vai na maloca, conversa, interage, traz as demandas, “Eliana, entra em contato com a OSC [Organização da Sociedade Civil] tal, Centro de Acolhida, CAE [Centro de Acolhida Especial], CTA [Centro Temporário de Acolhimento]”, “atende o pessoal do gabinete quer saber, Secretaria de Governo”, vamos lá, comunicação, eu faço a ponte comunicação-rua-poder público. E a Giulia, minha Coordenadora [Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua], ficava brava comigo, porque eu gostava de chegar antes das 08h, eu chegava às 07h, porque aí eu tinha um tempo legal para ler e-mail das 07h às 08h/09h, que é quando chega o pessoal e lá no sétimo andar é tudo muito aberto, né, tem [Coordenação de Políticas para] Imigrantes, tem nós, tem EDH [Departamento de Educação em Direitos Humanos], e eu sou muito hiperativa, então, eu acabo me desfocando um pouco, quando eu estou sozinha, eu fico mais direcionada, mais focada. Meu, meu dia a dia é muito louco, eu não tenho uma rotina assim específica assim, a não ser quando eu acordo, tomo café e tomo banho, porque o resto eu me jogo pro mundo, sempre estou disponível para todo mundo.

Entrevistador: Faz parte de algum movimento social que luta pelos direitos da população em situação de rua? Se sim, qual e como se dá essa luta?

Entrevistado: Assim, movimentos específicos, não. Eu sou muito... eu sou muito dada, eu gosto muito de trabalhar em conjunto com todo mundo, então, eu gosto do MNPR [Movimento Nacional da População de Rua], eu gosto da Corrente Libertadora, eu gosto do pessoal do Banho Solidário, eu gosto muito do Padre Júlio da Casa de Oração, gosto muito do pessoal lá do Chá do Padre, eu gosto de articular, então eu não me foco numa ação só, eu

gosto de me fragmentar e deixar um pouquinho de mim em cada um que está ali e fazer presença.

Entrevistador: Como você se informa normalmente?

Entrevistado: Eu me informo no “whats”, no “face” [Facebook], na internet em geral, eu filtro muito muita informação, eu evito passar fake news, às vezes, escapa uma, o pessoal “ô, Eliana, é fake news”, eu “valeu aí, desculpa”, me retrato, eu gosto de ler jornal, eu não tenho televisão, sou muito arredia com mídia televisiva, mas quando eu estou assistindo, eu sou muito de ouvir, a rua me ensinou que “falar é prata, ouvir é ouro”, então, a gente ouve muito, observa muito, eu sou muito parabólica, eu gosto de sentir, eu gosto de olhar, eu gosto muito de ouvir e, pelo o que eu ouço, é lógico que eu filtro tudo, porque tem muitas informações desencontradas, eu vou me informando naquilo... naqueles instrumentos que chegam para mim.

Entrevistador: O que você entende por comunicação?

Entrevistado: A comunicação, eu entendo, eu fiz Letras, tem o emissor, tem o receptor e tem os signos, então, não importa como essa mensagem é emitida, tendo o emissor e receptor, chega a mensagem, é uma coisa bem Ferdinand de Saussure, da Linguística, aí a gente tem que tomar cuidado pela interpretação daquela mensagem que chega até você, eu sempre busco filtrar muito, muito, ainda mais que eu trabalho com a população em situação de rua, né, sempre tem aquela posição do vitimismo, “eu sou perseguido, eu quero fazer uma denúncia”, mas “espera aí, quebrada, o que é que você está fazendo também, né?”, porque nós somos o resultado daquilo que nós procuramos, das nossas consequências, então, eu procuro ser sempre muito justo e ser sempre muito justa, “dois pesos, duas medidas, né?” “O pau que dá em Chico, dá em Francisco”.

Entrevistador: Como você acha que o governo se comunica com a população em situação de rua? De que formas isso acontece?

Entrevistado: Meu, para com essa linguagem acadêmica do cac*, tem que falar do jeito que a rua fala, está ligado? Papo reto, branco do olho, branco do olho, sem muitos vocábulos complicados, extensos, usando uma linguagem simples, você abrange a maior parte da população, porque não foram todos que tiveram acesso a uma educação de qualidade, uma

educação acadêmica, então, nem pensar, a gente tem que ser muito real, muito visceral naquilo que a gente vive, então, quanto mais papo reto você é com as pessoas, melhor, cara. Eu chego de boa, eu falo, eu mando a letra, o pessoal entende, me respeita, eu estou falando eu, particularmente, mas o poder público para de ficar enfeitando pavão, se você fizer um material gráfico, a rua gosta de cor, joga cores vivas, um vermelho, um amarelo, um roxo, nada de xerox em preto e branco, isso mata, nós somos seres visuais, se você trabalhar bem com a comunicação visual, o cara entende, para de falar termos difíceis, fala uma linguagem mais... uma linguagem cidadã, eu lembro muito o Tomás [antigo Coordenador], a Giulia falando disso aí também, é papo reto, sem medo nenhum. Então, o poder público está um pouco distante nessa linguagem com a população de rua, usa uma coisa um pouco mais... mais bem popular, a rua não tem vergonha do jeito que ela é, ela fala do jeito que ela... linguagem urbana. “De que formas isso acontece?” Meu, por incrível que pareça, tem muita população em situação de rua que tem acesso às mídias sociais, ele tem Whatsapp, ele tem Facebook, ele tem “Insta” [Instagram] e o cara está ali antenado que vocês, está ligado? E, às vezes, a pessoa, ela me aborda na rua e “o Eliana, eu estou sabendo de tal” e eu “Como é, quebrada? Que eu não estou entendendo aí o bagulho, o movimento do negócio”, “Não, é porque saiu na internet” e eu falei “Mostra aí, vamos conversar, vamos debater”, a informação chega assim, só que na rua ainda funciona muito o de boca em boca, só que também... “quem conta um conto, aumenta um ponto”.

Entrevistador: Se você pudesse determinar como o governo se comunicaria com a população em situação de rua, como seria?

Entrevistado: Branco do olho, branco do olho, meu, malandragem, é o seguinte, a gente fala, na rua, a gente é o peso do que fala, você está ligado? Uma vez a palavra dita, é a palavra que tem que ser cumprida, então, na rua tem muito isso, você falou, cara, tem que cumprir, ajoelhar, tem que rezar, palavra não dá curva, é isso mesmo, é papo reto, cara, é ali, é visceral, é real. Não prometa nada que você não consiga cumprir, eu sempre uso com a rua, “eu vou ver a possibilidade de poder te ajudar, eu não prometo”, de político, cara, a rua já está de saco cheio, a rua é imediatista, porque a gente trabalha muito com a nossa sobrevivência. Então, se você falar para o cara, cumpra, seja homem naquilo que você está falando, seja mulher naquilo que você está falando, se posicione, não tenha medo, porque a verdade vos libertará, a

pior coisa é quando você vem com palavra doce da falsidade, meu, eu prefiro o frio da verdade, a rua prefere.

Entrevistador: Você se encontra em situação de rua? Por quanto tempo você está ou esteve nessa situação?

Entrevistado: Não, eu não me encontro mais, eu saí da rua por volta de um ano e dois meses, fiquei na rua por quase três anos, em situação de calçada, porque a rua fala isso, né? “Eu não estou em situação de rua, se eu estou na rua, o carro passa por cima”, situação de calçada e o bagulho é muito louco, cara, porque é a sua sobrevivência constante, a sua integridade física, a sua integridade mental, moral e, na rua, a gente é muito papo reto, a gente é o que é, a gente não tem hipocrisia que você que faz parte da sociedade tem, a gente não vive de aparência, a gente vive daquilo que a gente tem e daquilo que a gente é naquele momento, da realidade, realidade fria, crua e visceral.

Entrevistador: As últimas perguntas são: sua idade, seu sexo (masculino ou feminino) e seu grau de escolaridade?

Entrevistado: Eu sou feminina, mas às vezes eu exponho o meu lado masculino, viu? De um masculino de se impor, de pu* me*, a gente é uma sociedade paternalista, machista e por ser mulher em situação de rua, meu, é... muito punk, mas a gente sabe se colocar sim, o cara vem para cima, eu vou para cima também, não tenho medo, eu não me acanho não. Qual sua idade? Eu sou de 22 de fevereiro de 1972, eu estou com 48 anos, linda, maravilhosa, gostosa, tenho algumas estrias, algumas celulites, varizes não, pele lisinha, macia, “monange”. Qual seu grau de escolaridade? Eu fiz Letras, tranquei a Psicologia no terceiro semestre que eu estou louca para voltar, tranquei a Pedagogia no sexto, porque eu fiquei de saco cheio, muita teoria, eu fiz Magistério, parei no segundo ano e Matemática, eu parei no segundo ano, porque eu descobri que era só pedagogia, veio a matemática no final. Tenho vontade de fazer Direito, mas sei lá, meu, eu vou para onde o vento me leva, está ligado? E a gente vive assim, um dia de cada vez, só por hoje.